

Em benefício da produtividade

A ascensão ao poder de um líder sindical, sintomaticamente acompanhada de grande repercussão a nível nacional e internacional, faz antever desdobramentos de alta significação nas antigas relações entre capital e trabalho. Objeto de estudos e reflexão ao longo da história, essas relações sempre embutiram dose de conflito própria de forças em constante disputa, num antagonismo que se mostraria contraditório caso o enfoque recaísse - como deveria ocorrer - sobre a motivação básica nas ocasiões em que essas forças se estabelecem com um objetivo único: a produção de bens de consumo e serviços.

A história da Humanidade tem demonstrado, no entanto, que a prevalência está no antagonismo e na disputa, sempre com desvantagem para o trabalho e em benefício do capital. Esta é uma verdade evidente no Brasil, onde a divisão da renda nacional tem privilegiado o capital, segundo evidenciam os índices de acumulação de riquezas de ambos os lados. Basta dizer que, de 1994 a 2001, a participação do trabalho no Produto Interno bruto (PIB) caiu de 40% para 20%. Em contrapartida, a participação do capital no PIB aumentou de 38% em 1994 para 50% em 2001. É verdade que em alguns (poucos) países essas relações se modernizaram e se humanizaram a ponto de alcançarem pelo menos patamares aceitáveis. Prevalece ainda no Brasil, infelizmente, o pensamento conservador por parte da maioria dos empregadores, derivado de uma visão distorcida que muitas vezes realimenta o atraso e petrifica posições que há muito deveriam experimentar uma certa elasticidade.

Basta verificarmos a questão da distribuição de lucros prevista na Constituição brasileira. Não há certamente nenhum empregador que tenha se arrependido de tê-la implantado em sua empresa, porque a constatação evidente, após certo período, é de que essa distribuição impulsiona a produção a partir da conclusão óbvia, por parte do empregado, de que maior produção resulta em maior faturamento e maior perspectiva de lucro e, em consequência, em melhor remuneração para o trabalho, mediante a distribuição desses lucros.

Longe estamos ainda, no entanto, de incutir na maioria dos padrões brasileiros essa nova mentalidade, pois o que está arraigado ainda é o procedimento de espoliação e de - em muitos casos - abusiva exploração da mão-de-obra, sequer premiada com a contrapartida de uma remuneração justa. Ainda fazem parte de uma minoria os que efetivamente implantaram a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas.

No Brasil tem-se apregoadado a falsa idéia de que a correção monetária está extinta. Utiliza-se esse falso argumento como pretexto para negar aos salários a mais elementar das correções, que consiste em repor a inflação passada. A par disso, essas correções, quando se verificam, são confundidas com "aumentos salariais", quando na verdade nem sequer como plena reposição podem ser encaradas, porque se mostram ineficazes para compensar a deterioração havida ao longo de períodos tão longos sem nenhum tipo de reajuste.

Já o capital não tem do que se queixar. O país certamente nunca assistiu a uma exaustiva negociação dos bancos na tentativa de "repor seus ganhos". As correções são automáticas e se dão em intervalos curtos, razão pela qual o sistema financeiro tem sustentado a sua robustez mesmo em períodos de recessão. Basta verificar, para isso, o lucro dos bancos nos últimos anos.

Luiz Inácio Lula da Silva assume o País num momento em que as demandas situam-se de forma destacada no segmento dos trabalhadores, tanto da iniciativa privada como do setor público. Há uma grande discussão em torno do salário mínimo, ao lado de justas reivindicações do funcionalismo no sentido de ao menos amenizar a imensa defasagem ocorrida após tantos anos sem nenhum tipo de correção salarial. Como liderança oriunda das massas, com uma extensa história calcada em sua atuação sindical, Lula representa a esperança de que o enfoque dado à questão passe a ganhar outra dimensão. O fato é que a riqueza existe. A diferença está no poder político em se apossar dela. Quanto maior o poder, evidentemente, maior a fatia do bolo.

A tônica no Brasil, infelizmente, tem sido a de utilizar-se até do "assédio moral" para negar ao trabalhador o mais elementar direito de não ter seu salário reduzido, algo que inapelavelmente ocorre quando há inflação e não há reposição salarial. Esse assédio moral, que consiste em desqualificar a atuação profissional mesmo quando as condições de trabalho são adversas, tem sido aplicado constantemente também no setor público, por meio de uma insistente campanha de desgaste da imagem do funcionalismo, de maneira a criar um ambiente de repulsa a qualquer tipo de compensação.

O grande desafio do novo Governo será portanto o de jogar nova luz sobre distorções que, por serem praticadas há tanto tempo, já adquiriram a pretensa fachada de "normalidade". Mais do que lutar contra injustiças, Luiz Inácio Lula da Silva terá a missão portanto de mudar mentalidades. Se irá ou não aceitar esse desafio, somente o tempo dirá.

A riqueza existe.
A diferença está no
poder político em se
apossar dessa
riqueza

Dólar

Na entrevista do Sr. Ministro da Previdência (Revista de Seguridade Social - ANFIP nº 73) ele, ao responder à sua própria pergunta - "O dólar afeta a quem?" - segue afirmando: "Quem compra produtos importados. Então, o tomador de úisque escocês certamente hoje deve estar regrado as suas doses de úisque".

Se não houve falha na redação, no mínimo, o Sr. Ministro está querendo escarnecer da nossa cara ou não entende nada de coisa alguma. Será que ele não sabe que as tarifas públicas, principalmente depois das privatizações, o simples e básico pãozinho de sal, os combustíveis e quase tudo mais é afetado pela variação do dólar?

Na minha opinião, Previdência Social é coisa muito séria e merece um dirigente mais capaz.

Álvaro Garcia Rabelo
AFPSMG

Pedido

Solicitamos a inclusão de nossa entidade na relação para recebimento gratuito da Revista de Seguridade Social ANFIP.

Ivone Aparecida Vieira da Silva -
Presidente Lar da Caridade
Uberaba - MG

Biblioteca

Serve o presente para solicitar o cadastramento da Dra. Sandra Maria do Couto e Silva, Procuradora Chefe do Estado do Amazonas no Distrito Federal, para recebimento das Revistas Anfip.

Ellen Florêncio S. Rocha
Procuradora do Estado - AM

Nota da Redação

As pessoas que desejarem assinar a Revista de Seguridade Social devem fazer contato com a ANFIP, pelo e-mail cadastro@anfip.org.br, informando nome e endereço completos e qual o ramo de atuação profissional ou acadêmica. A assinatura é gratuita.



Associação Nacional dos Auditores
Fiscais da Previdência Social

SEN, Quadra 1, Bloco H,
Ed. ANFIP - CEP 70.040-907
Brasília, DF

Fone: (61) 326-8113

Fax: (61) 326-6078

Telex: 61-1452

E-mail: info@anfip.org.br

Home page: <http://www.anfip.org.br>

CONSELHO EXECUTIVO

Rodolfo Fonseca dos Santos
PRESIDENTE

José Avelino da Silva Neto
VICE-PRESIDENTE

Augusto Conte Soares Neto
ASSUNTOS FISCAIS

Marcos Barbonaglia da Silva
POLÍTICA DE CLASSE

Nildo Manoel de Souza
POLÍTICA SALARIAL

Antonio Rodrigues de Sousa Neto
SEGURIDADE SOCIAL

Misma Rosa Suhett
APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Rosana Escudero de Almeida
CULTURA PROFISSIONAL

Aurora Maria Miranda Borges
SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

Margarida Lopes de Araújo
ASSUNTO JURÍDICOS

Benedito Cerqueira Seba
ADMINISTRAÇÃO

Dulce Wilenbring de Lima
PATRIMÔNIO E CADASTRO

Luiz Mendes Bezerra
FINANÇAS

Durval Azevedo Sousa
PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

Rodrigo da Costa Possas
COMUNICAÇÃO SOCIAL

Maria Aparecida F. Paes Leme
RELAÇÕES PÚBLICAS

Marcelo Oliveira
ASSUNTOS PARLAMENTARES

Paulo de Freitas Radtke
INTERASSOCIATIVA

CONSELHO FISCAL

Luiz Antonio Gitirana (BA)
Jonilson Carvalho de Oliveira (RN)
Luiz Gonzaga de Souza - (SC)

CONSELHO DE REPRESENTANTES

João Alves Moreira - AC
Francisco de Carvalho Melo - AL
Emir Cavalcante Furtado - AP
Miguel Arcanjo Simas Novo - AM
Roswílcio José Moreira Góis - BA
Léa Pereira de Mattos - DF
Francisco de Assis Bastos Castro - CE
Aucemar José Goldner - ES
José Pereira Alves - GO
Antonio de Jesus Oliveira de Santana - MA
Wilza do Carmo Soares - MT
Maria Salete Paz - MS
Lúcio Avelino de Barros - MG
Albenize Gatto Cerqueira - PA
Evando Ricardo da Silva - PB
Angela Pereira Ramos - PE
João Soares da Silva Sobrinho - PI
Ademar Borges - PR
Armando Santos - RJ
Fernando Pires Homem de Siqueira - RN
Maria do Carmo Costa Pimentel - RS
Ocenier Sanches - RO
Parimé Brasil - RR
Okir de Sieno - SC
Assunta Di Dea Bergamasco - SP
Jorge Lourenço Barros - SE
José Carlos Rêgo Morais - TO

REVISTA DE
Seguridade Social
ANFIP

Publicação da Associação Nacional dos
Auditores Fiscais da Previdência Social

CONSELHO EDITORIAL

Rodrigo da Costa Possas
Antonio Rodrigues de Sousa Neto
Marcos Barbonaglia da Silva
Augusto Conte Soares Neto

CONTATOS PUBLICITÁRIOS

R.C.V. Publicidade - Fone (61) 4560140
Roberto C. Vasconcellos/Anuar Haddad/
Ronaldo Viegas/José Couto Filho
Dorival Marques - Dir. Publicitário da
Divisão São Paulo/Gregório Antônio de
Figueiredo - Diretor Publicitário

Permitida a reprodução total ou parcial dos textos. Pedese citar a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da Anfip.

DIRETOR RESPONSÁVEL:
Rodrigo da Costa Possas
REDAÇÃO,

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:

TEXTOSMIL Produção
Jornalística

(www.textosmil.com.br)

REPORTAGEM:

Gerson Menezes e Viviane Sena

EDITOR: Gerson Menezes

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Kenia Dias Almeida
Alexandre dos Santos Valente

FOTOS:

Capa: J.R. Duran (foto oficial de campanha)
e Bernadete Brasiliense

Projeto Luz e Photo Agência

Esta edição: 22.000 exemplares
Distribuição gratuita.

Lula, enfim, lá

Aclamado por multidões, Luiz Inácio Lula da Silva assume o Poder num momento em que as demandas são imensas, e a verba para atender a todas elas é irrisória.

06

Desafio do eleito

O presidente eleito terá que conduzir com cautela a política macroeconômica e implementar políticas sociais mais generosas. Para isso, precisará de maioria no Congresso.

09

Pauta velha no Parlamento

Esgotar a agenda pendente será condição para que o Congresso dê início à discussão das propostas do novo governo.

12

Seguridade para o novo Governo

Com base em nova metodologia de trabalho em equipe, a Fundação ANFIP elabora documentos sobre Seguridade Social que deverão ser apresentados como subsídios ao presidente eleito.

15

CNBB contra a ALCA

O presidente da CNBB, Dom Jayme Henrique Chemello, faz restrições à Área de Livre Comércio (ALCA), aponta crise de valores e diz que é preciso ocupar a Amazônia, para que os brasileiros não a percam.

16

Conciliação Prévia

Nem sempre a boa intenção traz bons resultados. A experiência comprova que as comissões de conciliação prévia, criadas por lei recente, estão tirando recursos da Previdência Social.

21

(In)justiça fiscal

Na quarta reportagem da série, um balanço dos problemas do setor de Cobrança administrativa do INSS, entre os quais a falta de pessoal, que gera excessivo estoque de processos a serem examinados.

24

Assessoria Econômica

Análise da Seguridade Social, fluxo de caixa e Resultado da Ação Fiscal, em números atualizados.

28

Artigo

O que significa a eleição, à Presidência da República, do metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, na visão da pesquisadora e mestra em Ciência Política Laura Frade.

34

Ao leitor

Eleito no final de outubro deste ano e com posse marcada para janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva ainda vai ser novidade por muito tempo. As peculiaridades que cercam sua vida e cercaram sua eleição estão determinando, conforme já se verifica na Imprensa do Brasil inteiro, que ele seja assunto de primeira página ainda por muito tempo.

A Revista de Seguridade Social apresenta nesta edição uma série de reportagens sintonizadas com o momento político vivido pelo País. Os aspectos mais relevantes que cercam a mudança de poder estão sendo enfocados, desde a política macroeconômica até questões que têm apelo mais direto junto ao brasileiro médio, como os prováveis enfoques a serem dados à reforma da Previdência Social. Apresentamos também o elenco de matérias que ficaram pendentes de votação no Parlamento e uma análise do provável direcionamento que será dado a todas essas questões.

O leitor terá a oportunidade ainda de conhecer, nesta edição, as consequências danosas da criação das comissões de conciliação prévia para as contas da Previdência Social, com prejuízos para toda a sociedade, e a posição da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - sobre vários temas da atualidade. Retomamos nesta Edição, ainda, a série sobre (in)justiça fiscal no Brasil.

Boa leitura!

Lula chega lá

A Nação inteira se mobilizou em torno da eleição presidencial e o resultado das urnas lotou praças com pessoas agitando a bandeira do PT, numa manifestação que não se via há muito tempo no País. Mas o novo chefe da Nação, Luiz Inácio Lula da Silva, herda um País em dificuldades financeiras, endividado, com inflação em alta e contando com pouquíssimos recursos para novos investimentos. Por isso mesmo, uma das prioridades é a reforma tributária.





Lula assumirá o Governo em janeiro de 2003 cercado de cobranças por todos os lados. Seus adversários deixam claro que não lhe darão descanso em relação a antigas bandeiras do PT, o MST promete dar tregua ao novo Governo somente até abril do ano que vem, os aliados divergem sobre algumas questões básicas e o povo está sedento por notícias bem diferentes daquelas que está acostumado a receber nos últimos oito anos. O fato incontestável, no entanto, é que Luiz Inácio Lula da Silva tem pouca margem

de manobra para o primeiro ano de Governo. Com um orçamento amarrado, ao lado de compromissos que ele já garantiu que irá honrar, restará a perspectiva de tentar um grande pacto para promover alterações na política econômica e promover mudanças a partir de 2004.

Logo nos primeiros dias após a eleição do novo presidente, dois temas despontaram entre os mais comentados: reforma tributária e reforma da Previdência Social. O presidente do PT, deputado eleito José Dirceu, chegou a condicionar a rediscussão das dívidas dos Estados ao equacionamento desses dois "monstros" que tantas divergências provocam. Particularmente em relação a esse último ponto - reforma da Previdência - o tom da conversa já é um pouco diferente daquele que predominou no Governo FHC, embora a palavra-chave continue sendo "dinheiro". Ao lado do crescimento econômico que todos esperam - e que se constitui na melhor receita para reforçar os cofres do sistema previdenciário - vem sendo dado enfoque especial ao problema da perda de receita decorrente

da sonegação por parte de empresas, autônomos e empresários. Fica evidente algo que a ANFIP sempre defendeu: a necessidade de reforçar e modernizar a estrutura da arrecadação, fortalecendo a carreira de Auditoria Fiscal e promovendo concursos públicos que permitam dotar o País de profissionais em qualidade e número suficiente para fazer frente às necessidades.

Segundo dados que vêm sendo divulgados pela Imprensa, a contabilidade do FMI aponta para uma defasagem de caixa em torno de R\$ 31,5 bilhões anuais por conta da sonegação e da evasão. Antes de se pensar em mudanças nas contribuições previdenciárias e em redução de benefícios, tônica dos projetos em tramitação há vários anos no Congresso, as ações seriam direcionadas ao combate à fraude e à sonegação. Ao lado disso, algo que todos esperam: o reaquecimento da economia, incorporando-se ao mercado de trabalho os 12 milhões de desempregados nos oito anos de Governo FHC. Isto sem contar que o nível de emprego de mão-de-obra deve ser ampliado, devido ao permanente ingresso de jovens no mercado em busca de uma ocupação, bem como desencadeadas ações efetivas em direção à absorção dos que hoje, mesmo em atividade, não contribuem com um centavo sequer para os cofres da Previdência, apesar de a legislação ser bastante clara quanto à obrigatoriedade dessa contribuição. Para que isso aconteça, é necessário aumentar o nível de credibilidade do sistema, aperfeiçoando-o e modernizando-o de modo a levar confiança ao segurado de

que efetivamente terá a compensação devida pelos anos que contribuiu para garantir seus benefícios. Acrescentando-se a isso tudo há ainda a “dívida velha”. Embora os números sejam controvertidos, consta que a Previdência tem ainda hoje um montante em torno de R\$ 130 bilhões de créditos a receber, sendo que algo como R\$ 85 bilhões já estão na chamada Dívida Ativa da União, ou seja, em fase de cobrança judicial, e o restante na cobrança administrativa.

Embora dinheiro seja importante, ou até fundamental, a solução que tem que ser dada à Previdência passa pela questão política. Na era FHC o que se viu foi a tendência de se debater o problema apenas entre tecnocratas, deixando a sociedade à margem da discussão. Não foi por outro motivo que nunca se levou adiante uma providência fundamental: a gestão quadripartite para o sistema previdenciário. Envolver todos os segmentos que têm ligação direta com o tema - trabalhadores na ativa, aposentados e pensionistas, Governo e empregadores - é a melhor forma



Foto oficial/Olívio Lamas

de manter as contas sob cuidados criteriosos, possibilitando-se assim que os próprios interessados na saúde financeira do sistema zelem por ela.

Aliás, esta é uma questão que serve para todos os complexos problemas a serem discutidos no País: o entendimento de que o fato econômico convive com o fato político, não havendo possibilidade de isolar-se uma coisa da outra. Há algum

tempo tem-se dado no Brasil ênfase absoluta à questão econômica, como se tudo girasse exclusivamente em torno da economia, o que não é totalmente verdade. O próprio presidente eleito já se encarregou de fornecer um pouco mais de luz nessa nova direção, em pronunciamento que fez no encerramento do primeiro encontro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em São Paulo, durante o qual foi discutida a proposta de um novo pacto social. Depois de ouvir os pronunciamentos de cerca de cem convidados para a primeira reunião do futuro conselho, Lula disse que os problemas que o Brasil enfrenta são mais políticos do que econômicos.

Esta aliás pode ser, em síntese, a mola mestra a determinar seu sucesso ou insucesso. Alçado ao poder com mais de 52 milhões de votos, saudado por multidões nas praças públicas e ovacionado onde quer que apareça, Luiz Inácio Lula da Silva parece encarnar a imagem do líder político pelo qual o Brasil espera há décadas, na tentativa de resolver seus problemas.

Foto oficial/Olívio Lamas



Constrangimento de ser Governo

O novo presidente da República, que tomará posse em janeiro de 2003, além das relevantes funções de chefe de Governo e chefe de Estado de uma Nação com pesadas obrigações a cumprir, terá também o desafio de chefe Político. Ele herdará uma economia com um conjunto de restrições difíceis de administrar e um desafio triplo. Primeiro, será preciso ter muita cautela para conduzir a política macroeconômica do País. Segundo, terá de fazer um penoso exercício de imaginação institucional para construir o caminho do crescimento e implementar políticas sociais mais generosas. Terceiro, terá que reunir maioria no Congresso para aprovar sua agenda de reformas. Tudo isso sem afetar negativamente a percepção do mercado financeiro.

O Brasil chega ao final dos oito anos de governo FHC com a atividade industrial em queda e com as exportações ainda patinando. A taxa de crescimento do PIB só não será negativa em 2002 devido à reação da agricultura, que aumentou a produção, mas ainda sem lograr uma recuperação importante de sua renda. Além das dificuldades internas representadas pelas altas taxas de juros, crédito escasso e elevada carga tributária, a economia brasileira enfrenta um problema da maior gravidade que é o corte das linhas de crédito externas. Ao contrário do que diz o atual governo, isso não foi produzido apenas pela expectativa da vitória da oposição nas eleições presidenciais, mas sim porque os credores se deram conta do alto risco que representa uma economia em que o endividamento cresce enquanto o desenvolvimento falece.

O fraco crescimento das economias americana e européia e os problemas de corrupção nas grandes corporações e no setor bancário dos EUA evidentemente não ajudam. Criou-se um clima generalizado de aversão ao risco, que atinge mais fortemente economias vulneráveis como a brasileira. Todas essas circunstâncias levaram os bancos a cortar o crédito ao Brasil. "Só não ficamos pior porque o FMI atirou uma bóia salvadora de US\$ 6 bilhões para esse governo fechar as contas de 2002 (garantindo o pagamento aos credores) e uma âncora de US\$ 24 bilhões para o próximo arrastar até o final de 2003, realizando os superávits fiscais previstos nos acordos. Claramente essa não é uma condição que estimule uma política de retomada do crescimento. Não se reverte uma situação dessa natureza rapidamente. É por isso que tenho dito que o próximo governo viverá um bom período de

'saia justa', antes de poder inverter o viés anticrescimento da política de FHC". A declaração é do economista e deputado federal reeleito Delfim Netto, do PPB de São Paulo, para quem a economia brasileira nunca esteve submetida a um nível de dependência externa como atualmente.

A situação é complicada, não resta dúvida. No primeiro semestre de 2003, o presidente terá de conseguir um aumento do superávit comercial, manter a situação fiscal de forma a não suscitar por parte dos investidores estrangeiros uma reação negativa e também otimizar os instrumentos de que o governo brasileiro ainda dispõe, sobretudo na área do investimento de crédito - a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - de maneira a promover o mínimo de crescimento com vistas à evolução da economia.

O compromisso de realizar um superávit primário para estabilizar a relação Dívida Líquida/PIB em 60% deverá ser suficiente para reconquistar a confiança dos velhos credores e convencer novos investidores. Esse compromisso poderá ser complementado, segundo o deputado Delfim Netto, com a concessão de autonomia ao Banco Central para o uso da política de juros nominais que mantenha a inflação dentro das metas fixadas pelo Executivo, o respeito e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, o respeito aos contratos, além da certeza de se honrar as dívidas e se empenhar junto ao Congresso Nacional para aprovar uma reforma tributária que estimule o trabalho, reduza os custos dos investimentos e torne mais eficiente a intermediação financeira. "O novo governo precisa de tudo isso e mais um robusto esforço exportador para ir acalmando a área externa, baixar o custo Brasil, abrir espaço para a queda das taxas de juros internas e recomeçar o caminho virtuoso do crescimento econômico", recomenda Delfim.

Jogando o jogo

O novo presidente vai ter que levar em conta a situação construída na última década - que é constrangedora e restritiva - mas não terá o direito de se esconder atrás dela, pelo contrário: precisará enfrentá-la. Os candidatos que se dispuseram a concorrer à eleição para conquistar a Presidência da República estavam cientes disso. Quanto às especulações do mercado financeiro, elas eram previsíveis. O

mercado financeiro é naturalmente especulativo. Agora, numa situação de estresse, ele tende a exagerar de certa maneira algumas situações, por exemplo, provocando uma desvalorização excessiva do Real, muito além do que seria desejável e razoável de acordo com os fundamentos da economia.

A economia brasileira, se comparada com qualquer outra economia latino-americana, tem vantagens claras. O Brasil tem uma carga fiscal muito mais alta do que a média da América Latina, 27% do PIB composto por impostos, um superávit fiscal bastante razoável e uma política monetária muito cuidadosa. "Esses exageros vêm por conta do fato de que hoje na economia internacional há uma queda no financiamento para os países emergentes, e o Brasil, como é um país que tem uma dívida muito alta, está sofrendo mais. Para lidar com o mercado financeiro, duas coisas são imprescindíveis: autoridade e respeitabilidade. Não é preciso que o ministro da Fazenda ou o presidente do Banco Central sejam homens do mercado, até porque isso seria uma concessão excessiva e desne-

cessária. É preciso sim que os mercados respeitem o presidente do Banco Central e o ministro da Fazenda. O presidente deverá ir jogando o jogo, mas sem fazer concessões excessivas. Isto quer dizer que não poderá haver ruptura. Se a situação externa se deteriorar demais, aí sim o presidente teria de tomar as providências para proteger a economia. É o que qualquer governo faria por uma questão de autodefesa". Essas são as impressões do economista e professor da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo.

Financistas

Enquanto Belluzzo propõe cautela no relacionamento do presidente com o mercado financeiro, o deputado Sérgio Miranda, do PC do B de Minas Gerais, sugere que o novo governo rechace os financistas. "O presidente deveria classificar os setores financistas e isolá-los, mostrando à sociedade brasileira que eles não defendem o interesse de todos, mas sim interesses particulares de um grupo restri-



Bernadete Brasilense

Delfim: Não se reverte rapidamente uma situação dessas

to da elite. É preciso buscar apoio e se aliar a áreas dos setores produtivos". A opinião de Miranda é corroborada pelo presidente da Fiesp, Horácio Lafer, que entende ser imprescindível uma aliança entre governo, empresários do setor produtivo e trabalhadores na retomada do crescimento econômico.

A tática do isolamento, segundo Miranda, é fundamental para que o novo presidente não se torne vítima da repetitiva linguagem do ajuste. O Brasil está cada vez mais ligado ao mundo, só que de uma maneira dependente. "Deve-se implementar uma política de longo prazo de diminuição da nossa vulnerabilidade externa. Amplitude e mudancismo são o norte do presidente porque foi justamente a necessidade e a pressão por mudanças que garantiram sua eleição. Repito: há de se isolar esse grupo financista. Se o presidente assumir o cargo fazendo concessões ao setor financeiro, como a de garantir autonomia ao Banco Central, será o fracasso", conclui o deputado mineiro.

Novo Congresso

O resultado das eleições para a Câmara dos Deputados e Senado Federal apontou para o encerramento de um ciclo na política nacional. Forças do atraso, representadas por políticos oportunistas,

provincianos, corruptos, clientelistas ou fisiológicos, perderam espaço. O eixo central do pleito de 2002, indiscutivelmente, foi a renovação, enquanto a característica marcante foi a qualidade da mudança. O eleitor, além do padrão ético e do apelo social, preocupou-se também com a governabilidade ao sufragar os candidatos com melhores condições de implementar seus programas de governo.

O recado das urnas foi claro: o eleitor optou por mudança com segurança e ética. É por isso que registramos expressiva renovação no Congresso, crescimento da esquerda, tanto nos Legislativos Estadual e Federal quanto nos governos Estaduais, e a disputa em segundo turno entre Lula e José Serra.

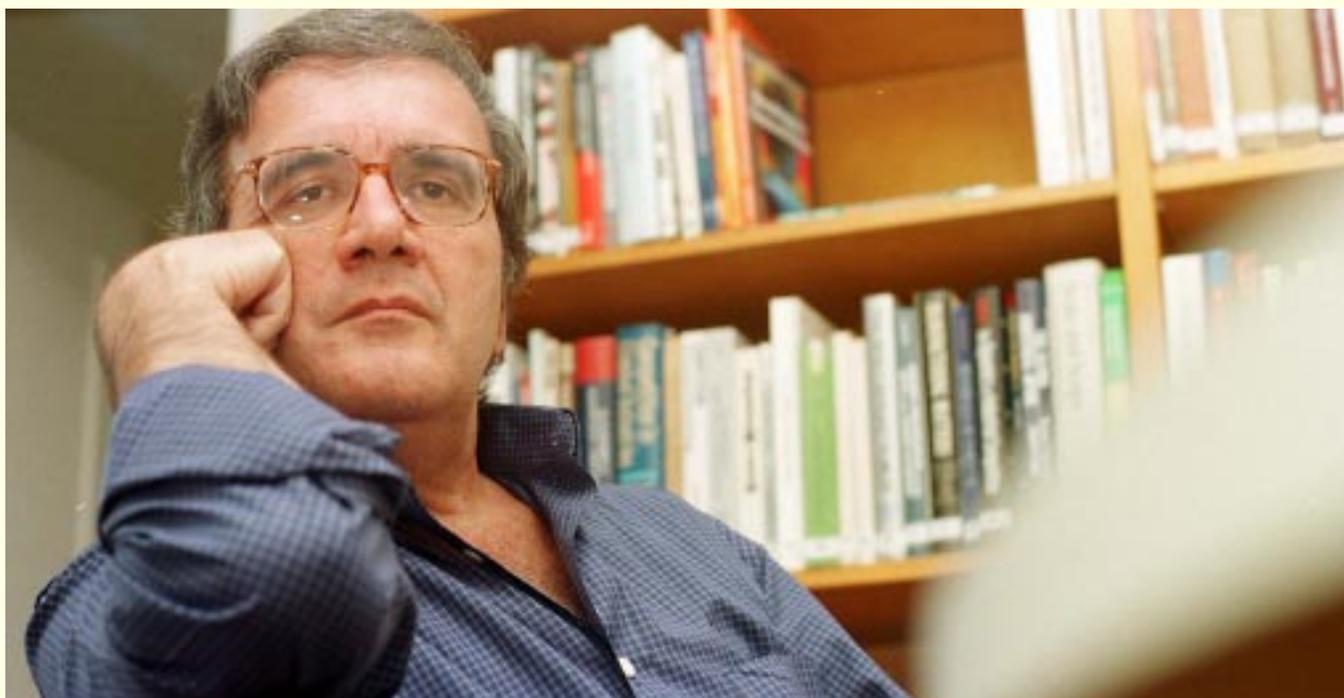
Administrar a nova correlação de forças no Congresso será outro desafio do presidente eleito. Não vamos nos iludir imaginando que essa mudança vai exigir, do ponto de vista prático, uma ação do governo que caminhe numa direção de atender ao anseio de mudança da população.

O presidente terá que definir claramente uns poucos objetivos, preparar as medidas e empenhar-se efetivamente em obter sua aprovação no Congresso. "Não pode fazer como o atual, que anunciava um projeto na TV, tirava todo o proveito político da iniciativa, interditava em seguida o debate e depois sabotava seu andamento, para encerrar acusando o Con-

gresso de não trabalhar", desabafou Delfim Netto.

Naverdade, não é o Congresso que dá crédito de confiança ao presidente. Da mesma forma que os parlamentares, o chefe do Governo também possui sua legitimidade e chega ao poder com um enorme capital de credibilidade decorrente dos votos que conquistou nas urnas. O capital do novo presidente, que foi de 52.793.364 votos, é uma impressionante marca da confiança que o povo depositou nele. Sabendo usá-lo, o presidente não terá dificuldades no Congresso que, como todos sabem, é a instituição mais sensível à manifestação da vontade popular. Vontade que pode ser expressa por uma paródia do professor Belluzzo, segundo a qual, o novo presidente terá de atravessar um deserto, como fez Abraão, conduzindo seu povo. Esse caminho exigirá grande disciplina e capacidade de liderança. Há condições para superar a crise, mas será praticamente impossível pedir mais sacrifício à população sem que se tenha à frente a visão da terra prometida.

As graves e relevantes tarefas do presidente exigirão, portanto, paciência, tolerância, disposição e capacidade de diálogo, clareza de objetivos, firmeza de propósito, liderança política e, sobretudo, senso de oportunidade para propor a coisa certa, na hora certa, com o apoio e a legitimidade necessários ao momento político. Isso requer muita sorte e talento de gênio.



Marcos Fernandes/CPress

Belluzzo sugere cautela no relacionamento do presidente com o mercado financeiro

Congresso novo, agenda velha

O esvaziamento do Congresso Nacional na curtíssima sessão legislativa de 2002, fato típico em ano eleitoral, poderá emperrar as primeiras negociações do próximo presidente com os novos deputados e senadores, que terão uma agenda em atraso a deliberar. Os atuais parlamentares encerram a Legislatura 1999-2003 sem concluir a votação de matérias importantes. Esse saldo devedor será transferido para os parlamentares que tomarão posse em 1º de fevereiro de 2003 já herdando um elenco de prioridades que vem se arrastando durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso.



Esgotar a agenda pendente será condição para que o Congresso dê início à discussão das propostas do novo governo. Na Câmara, a lista de matérias retardatárias inclui a deliberação da Proposta de Emenda Constitucional que altera o sistema financeiro, de maneira a criar as condições para a independência do Banco Central; a regulamentação das carreiras exclusivas de Estado e da demissão por insuficiência de desempenho no serviço público; a aprovação de fórum especial para julgamento de presidente da República, além da prorrogação do aumento da alíquota do imposto de renda - de 25% para 27,5%. Já no Senado, a reforma do Judiciário, que certamente retornará à Câmara, será o principal tema sobre o qual os senadores terão de se debruçar nos primeiros meses da nova Legislatura, lembrando que o relator da matéria na Casa, senador Bernardo Cabral, do PFL do Amazonas, não se reelegeu.



Reforma da Previdência

Em 2003, voltará à tona a discussão sobre a Reforma da Previdência. O próximo governo não terá como fugir do tema, mas a abrangência da mudança dependerá do compromisso do eleito em relação ao servidor público. São três as possibilidades, sendo que apenas a primeira dispensa alteração constitucional: i) simples aprovação do PLP 9/99, que institui a previdência complementar no serviço público e só depende da apreciação de três destaques para concluir sua tramitação; ii) saneamento das contas da previdência, com adoção da previdência complementar e da contribuição sobre os aposentados e pensionistas, além do aumento de alíquota de contribuição, e c) unificação dos regimes, com quebra da paridade e da integralidade, além dos itens anteriores.

Se prevalecer a primeira hipótese, a mudança na previdência do servidor ficará limitada à implementação da previdência complementar, e,

dependendo do modelo, seu efeito sobre os atuais servidores será mínimo, alterando a situação apenas daqueles que forem contratados com base nas novas regras. Neste caso, as novas regras valeriam apenas para os futuros servidores, cuja forma de contribuição e benefícios será a mesma do INSS, mantendo-se inalterada a situação dos atuais aposentados, com respeito aos direitos adquiridos, e dos atuais servidores, respeitando-se a expectativa de direito e o ato jurídico perfeito.

Prevalecen-

do a segunda, que, além da previdência complementar, também inclui aumento de alíquota e instituição de cobrança sobre aposentados e pensionistas, há duas possibilidades, ambas dependentes do nível de comprometimento do presidente eleito para com as situações já constituídas e com a expectativa de direito. Na primeira, o governo adotaria a previdência complementar e a contribuição sobre os proventos dos aposentados e pensionistas apenas para os que ingressarem no serviço público ou completarem tempo para requerer aposentadoria após a vigência da nova lei, e aumentaria a alíquota dos atuais e futuros servidores. Na segunda, o governo instituiria contribuição e aumentaria alíquota, inclusive para os atuais aposentados, negando o direito adquirido, e adotaria a previdência complementar com regras rígidas, tornando obrigatórias a entrada dos futuros servidores e a "opção" dos que estão no regime próprio, mas ainda não têm tempo para requerer seu benefício, mediante uma alíquota escorchantes sobre eles.

Entretanto, se prevalecer a terceira hipótese, que exige nova reforma geral da

previdência no capítulo do regime próprio da Administração Pública, os atuais aposentados perderiam a paridade, com os seus proventos desvinculados dos servidores civis, não lhes sendo mais estendidos os ganhos e vantagens dos servidores em atividade, exceto o reajuste linear, e ficariam sem a integralidade, tanto pela instituição de cobrança sobre seus proventos quanto pela quebra de equivalência de remuneração entre ativos e aposentados.

Em relação aos atuais servidores o prejuízo seria maior ainda, porque provavelmente seriam enquadrados no novo sistema e o tempo que contribuíram para o regime próprio com a totalidade de sua remuneração seria contabilizado separadamente para efeito de pagamento de um benefício diferido por ocasião de sua aposentadoria pelo novo sistema. Se desejasse ter algo além do benefício do novo regime, igual ao teto do INSS, e do benefício diferido a que faria jus, teria que ingressar na previdência complementar privada.

Temas pendentes

Também ficaram para a Legislatura 2003-2007 as reformas Política, Trabalhista e Tributária. A primeira, a Reforma Política, está parada há meses na Comissão Especial instalada para examinar todas as propostas versando sobre o tema, com destaque para os projetos relacionados a financiamento público de campanha, fidelidade partidária e instituição da cláusula de barreira.

Sobre a segunda, a Reforma Trabalhista e Sindical, apesar de a Câmara já ter aprovado o PLC 134, que flexibiliza a CLT, a tendência é de que o novo governo retire o projeto e transfira o debate acerca das relações de trabalho para o âmbito de um fórum nacional do trabalho, composto pelas entidades sindicais representativas dos trabalhadores e empregadores.

A terceira e mais importante, a Reforma Tributária, para a próxima legislatura, perdeu seus principais impulsionadores no Congresso: os deputados federais Germano Rigotto, Marcos Cintra, Moreira Ferreira, Antônio Kandir e Benito Gama. Assim, a iniciativa para dar prioridade à matéria terá que partir do Executivo, com o novo presidente da República assumindo a linha de frente.

VIGILÂNCIA ESCOLTA ARMADA



Av. Luiz XV - Quadra 17 - Lote 1-A - Parque Real
Ap. de Goiânia - GO - Fone: (62) 280.0313
e-mail: fielvigilância@fielvigilância.com.br

Fundação ANFIP investe na formação de consultores

Em seu primeiro Workshop de Formação de Consultores, realizado em Atibaia-SP, nos dias 4 e 5 de novembro, a Fundação ANFIP decidiu inovar. Com a presença de 29 consultores, de origem, história e experiência profissional diversificadas, promoveu a integração do grupo e, com base em nova metodologia de trabalho em equipe, elaborou documentos sobre Seguridade Social que deverão ser apresentados como subsídios ao presidente eleito.

Na abertura dos trabalhos, sob a coordenação do presidente da entidade, Pedro Dittrich Júnior, a diretora de Eventos, Carmelina Calabrese, sintetizou o duplo desafio do evento: padronizar conhecimentos na área de Seguridade Social e viabilizar um trabalho em grupo com um corpo de consultores que, apesar de já estarem acostumados a desenvolver trabalhos em equipe, têm dificuldades de integração, por causa da prática rotineira de executar tarefas isoladas, individualmente.

Ciente dessa dificuldade, a Fundação resolveu contratar os consultores externos Carlos Legal e Gustavo Falcão, da GFA & Legal LTDA, para promover a interação dos participantes de maneira a otimizar o desempenho do grupo, mediar as discussões de trabalho e manter o foco no resultado final, além de outras funções como a de instrumentalizar cada participante a identificar o seu perfil comportamental e lidar com as facilidades e dificuldades de cada um.

Superada a etapa de interação, sobre a qual concluíram os consultores externos, o balanço foi positivo e revelou o talento dos participantes e o fato de serem detentores de argumentos convincentes, os consultores da Fundação ANFIP formaram quatro grupos de trabalho para tratar de: 1) Financiamento e Gestão, 2) Benefícios da Previdência Social, 3) Regime Próprio de Previdência Social e 4) Previdência Complementar. Cada grupo elaborou um documento que será integrado ao banco de dados da Fundação ANFIP, ficará disponível para consulta e eventualmente poderá ser encaminhado como su-



Divulgação

Consultores elaboram nova proposta para Previdência

gestão ao novo presidente da República.

O grupo 1, que se debruçou sobre o tema Gestão e Financiamento, ofereceu sugestões como instituir a gestão quadripartite, vedar o uso de recursos da Seguridade para outros fins, excluir as contribuições sociais da DRU, definir entidade assistencial para ter direito à isenção diretamente, e desonerar a folha de forma gradativa e pensada pela geração de empregos.

Sobre a questão do Benefício, abordada pelo grupo 2, merecem registro as propostas de ampliação da cobertura e do atendimento para o cumprimento efetivo do princípio da universalidade, estabelecimento de contribuições diferenciadas para pessoas de baixa renda, aumento do atual período de carência para a aposentadoria por idade e cálculo do benefício levando-se em conta todo o período contributivo corrigido.

O Regime Próprio de Previdência Social foi o tema de discussão do grupo 3. Os participantes fizeram um diagnóstico sobre as dificuldades da unificação de regimes levantando questões como

autonomia dos entes federativos, equilíbrio financeiro e atuarial, contribuição de inativos e paridade. As alternativas apresentadas vão desde a criação de fórmula que institua o valor da aposentadoria a partir da média da remuneração em período a ser avaliado, passando pelo questionamento da atual fórmula de pagamento de pensões integrais, até o estabelecimento de igualdade de regras e critérios para os segurados, independentemente de sexo. Já o grupo 4, que amadureceu o debate sobre a Previdência Complementar, propôs o fortalecimento da Secretaria de Previdência Complementar, a partir do aparelhamento dos órgãos fiscalizador e regulador, e o aumento da atratividade da Previdência Complementar.

Com a realização desse workshop, a Fundação ANFIP deu mais um passo importante no sentido de cumprir sua missão institucional de desenvolver teses, estudos e debates sobre a Seguridade Social, visando atender às expectativas da sociedade brasileira, que deseja e merece uma Seguridade Social justa, igualitária e sustentável.

DOM JAYME CHEMELLO

PRESIDENTE DA CNBB

Contra a ALCA; pela Amazônia

Os brasileiros precisam ocupar a Amazônia, sob pena de perdê-la. O recado não é novo e, para algumas pessoas, tem até o ranço de antiga paranóia, mas nunca esteve tão atual. Para este simpático senhor sorridente, Dom Jayme Henrique Chemello, presidente da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - a missão ganha dimensão de prioridade, sem descuidar de outras questões igualmente prioritárias, como a violência, a miséria e a fome, esta última presente até na periferia da capital da República, segundo ele já pôde presenciar, desmentindo afirmação recente do presidente da República, segundo o qual não há mais pessoas passando fome no Brasil.

Nascido em 28 de julho de 1932, no Rio Grande do Sul, Dom Jayme fez seus estudos em Buenos Aires (Argentina), onde cursou Filosofia no Seminário Pontifício, de 1952 a 1954, e Teologia na Pontifícia Faculdade, de 1955 a 1958. Foi eleito presidente da CNBB em abril de 1999, com mandato de quatro anos. Com base em suas andanças mundo afo-

ra, ele se expressa deixando nas entrelinhas - apesar da simplicidade com que se refere a temas dos mais complexos - advertências e recados diretos, não sem alguma ironia. Como quando diz, por exemplo, que no caso da economia, o que acontece no Brasil deve ter "fundo psicológico", porque "racional é que não é". Sobre a ALCA - Área de Livre Comércio das Américas - rejeitada em plebiscito recente pelos brasileiros, Dom Jayme diz que não é "contra a integração", mas acredita que o Brasil ainda não está preparado para entrar num acordo que tem trazido dores de cabeça até para países desenvolvidos, como o Canadá.

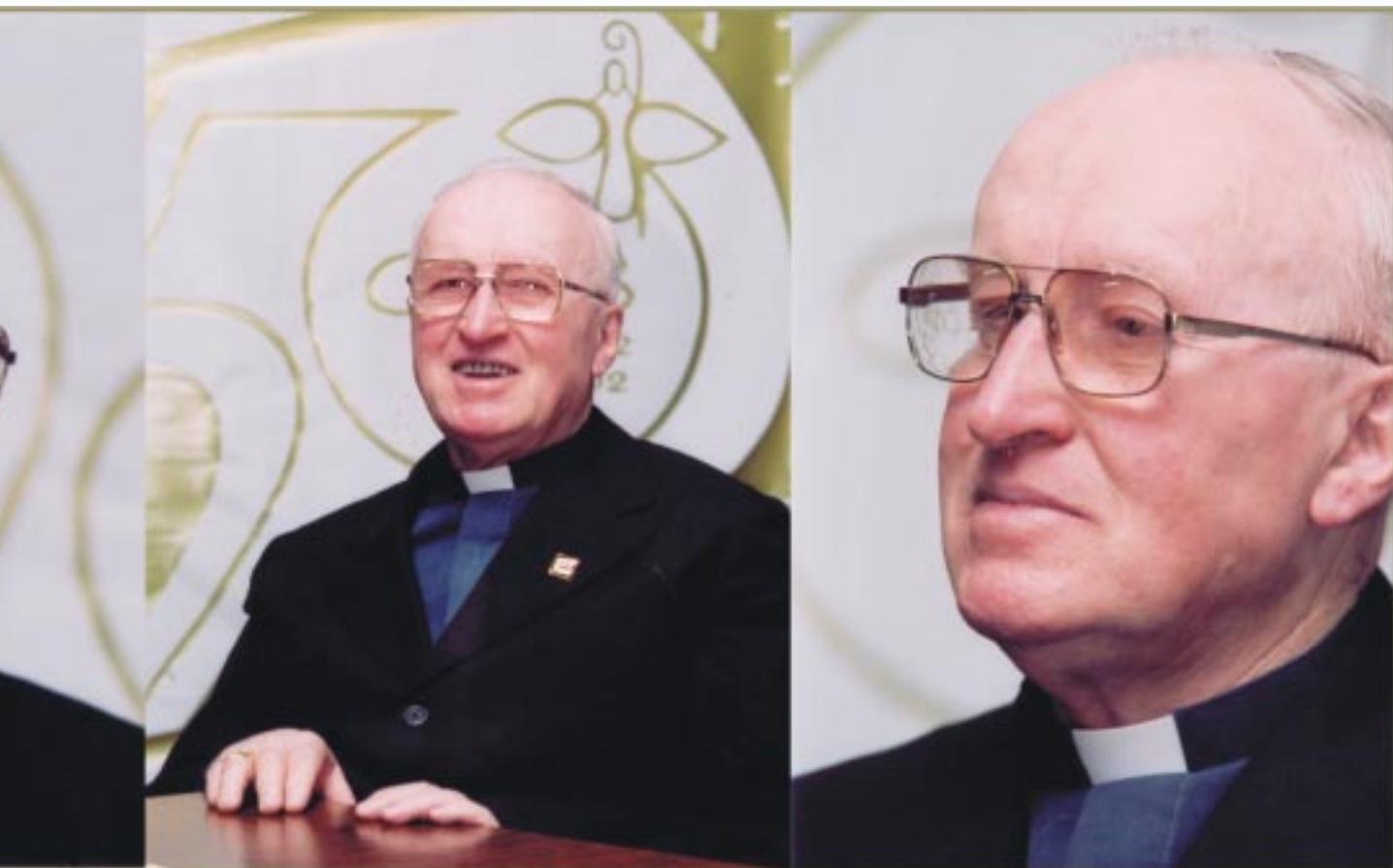
Nesta entrevista exclusiva à Revista de Seguridade Social, Dom Jayme Chemello lembra as campanhas que a CNBB tem feito contra a fome e a miséria e enfatiza que, embora não seja um especialista em Seguridade Social, está convencido de que o Governo deveria cuidar com mais atenção do dinheiro que é arrecadado a partir da contribuição do povo.

Leia a entrevista na íntegra, a seguir:



A ALCA é hoje assunto discutido nacionalmente, objeto inclusive de um recente plebiscito. O que a CNBB diria ao futuro presidente da República a respeito das implicações da ALCA para o Brasil e para a América Latina?

Tenho pequena experiência nessa matéria, pois não sou especialista em comércio, economia e política econômica, mas falo sempre observando as coisas por onde eu vou. Nós temos ainda apenas o Mercosul, que é atualmente uma pequenina comunicação comercial e econômica entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. E a gente nota como até nesse caso muitas vezes há dificuldades grandes. Imagine quando a gente pensa em ALCA, onde vai entrar essa potência gigante, que são os Estados Unidos, e também o Canadá e o México, além de todos os países da América. O que me assusta é o próprio nome. Porque, se é área de livre comércio, todo mundo pode entrar e comercializar nessa enorme área que é toda a América. E sabemos que somos muito pequenos. E eu vi agora, recentemente, estando lá no México, como isto criou muitos problemas para aquele país,



os preços de cada coisa, empresas fechando. Enfim, percebe-se que nós não podemos entrar assim como nos encontramos hoje, a menos que haja mudanças e que possamos crescer um pouco, como foi no caso europeu. Por exemplo: Espanha e Portugal foram muito ajudados até chegarem a um certo estágio que pudessem entrar na área de livre comércio da Europa, a União Européia. Eu não sou contra a integração. Eu sou contra que se entre assim, Brasil a fora, e mais Argentina, Uruguai e Paraguai e a América toda sem mais nem menos.

O sr. já presenciou reflexos negativos da ALCA em outros países?

Até mesmo os próprios bispos do Canadá reclamam dessa área de livre comércio do Canadá com os Estados Unidos. Surgiram muitas injustiças. Eu percebo que é complicado, porque, como o termo mesmo diz, trata-se de "livre comércio". Isto significa que a gente entra e sai como deseja. Ao mesmo tempo, se for como é lá no norte, nós podemos até ser processados e pagar altos dividendos

quando não queremos o negócio. Porque se estabelecem firmas, que de repente têm prejuízo, reclamam com o Governo, e nós temos que pagar um bom preço pelos prejuízos que muitas firmas têm. Também não tem gerado mais empregos, mesmo nos Estados Unidos, porque hoje o capital leva muitas fábricas para fora. Exemplificando: a mão de obra é muito mais barata no México do que nos Estados Unidos. Então de repente eles vêm para cá com uma firma e as firmas brasileiras não têm mais espaço. São problemas múltiplos. É verdade que já existem comissões de estudo que foram formadas para se tratar dessa questão da ALCA. Nós não somos contra integrar os países. A América pode ter uma integração e essa integração pode ser boa, mas precisamos fazer isto com cautela, para que não sejamos nós e o nosso povo que vamos pagar o prejuízo.

Existe uma eterna polêmica a partir da contraposição entre a visão do Governo e a de estudiosos e pesquisadores a respeito dos indica-

dores sociais no Brasil. O presidente em fim de mandato, Fernando Henrique Cardoso, chegou a dizer recentemente que não existem mais pessoas passando fome no Brasil, e que os indicadores sociais hoje são mais positivos do que quando ele assumiu o governo. O que a CNBB tem a dizer a respeito disso? A partir das incursões da Igreja em todo o Brasil, qual é a realidade hoje constatada?

Em primeiro lugar eu diria o seguinte: não há ninguém passando fome talvez aqui em Brasília, no perímetro central. Porque mesmo saindo para a periferia de Brasília a gente já encontra pessoas passando fome. Mas fora daqui, quanta gente passa fome! Hoje se fala que de cada quatro brasileiros, um está passando fome. Não é uma fome total, mas não há alimentação suficiente e necessária. Tanto assim que a própria CNBB lançou o mutirão para superar a miséria e a fome no País.

Em recente reportagem um jornal mostrou o caso de crianças que estão ficando cegas por deficiência de vitaminas...

Sim, mas é muito mais do que isto. Não é



“A questão da violência também está relacionada à crise de valores”

só vitamina, não. Não tem comida mesmo. São miseráveis. E há o desemprego. Eu acho que o Governo deve reconhecer isto. Também não é só da atual presidência. Já há muito mais tempo que a fome vem sendo sentida.

Quais as sugestões da CNBB para o efetivo combate à criminalidade, especialmente ao crime organizado, que se expande de forma preocupante, principalmente nos grandes centros urbanos?

Aqui situamos uma crise de valores, que é a primeira coisa. Porque nós vivemos num mundo em descontrole. Isto não é só por acaso, porque não é só no Brasil, não é? Em muitos países hoje a violência é uma coisa terrível. Agora, no Brasil eu acho assim: nós fomos capazes de superar tão bem essa crise que houve com os “subversivos”, como diziam antigamente, estes que eram marxistas. Por quê não somos capazes de vencer esse problema enorme (da criminalidade)? Hoje todos nós temos medo, mesmo em cidades de porte médio. É preciso também pagar melhor a polícia, cuidar

para que ela não se entregue ao crime também. A gente percebe que a polícia em muitos lugares é conivente, embora não possamos acusar toda a polícia, pois seria injusto. Mas ao mesmo tempo a gente sente que em muitos lugares a polícia está metida com os traficantes, por exemplo. Mas como eu disse no início, a questão não é só da força policial, é também dos valores que a gente ensina na humanidade. A própria Justiça, todo mundo deveria trabalhar, da mesma forma como a igreja deseja trabalhar a favor dos valores autênticos, tais como a justiça, a verdade, a liberdade, assim por diante.

A CNBB tem uma ação ou um programa específico na área da segurança, assim como têm em relação à fome, à miséria etc?

Temos projetos amplos, mas não há um específico como é o caso da fome e da miséria, porque nós achamos que o da fome era prioritário. Quando nós fizemos a campanha para a superação do problema do tráfico de dro-

gas, um menino respondeu para a professora desta forma: a senhora sabe que em meia hora eu ganho mais do que o salário que minha mãe ganha como empregada doméstica? Então é lógico que isto estimula muitas pessoas a fazerem esse tipo de comércio das drogas. Nós deveríamos portanto ter em todos os caminhos um aparato policial, como também um aparato humano, social, uma campanha para que isto não aconteça. A CNBB tem feito essas campanhas, como a Campanha da Fraternidade. As campanhas ajudam, mas precisamos da aplicação das pessoas, para superar esses problemas. E também estamos envolvidos com o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) numa campanha contra a violência.

O Governo que está encerrando o mandato investiu no sentido de flexibilizar a CLT e subtrair alguns direitos trabalhistas. Como o sr. vê essa questão? Quais as soluções que podem ser apontadas pela CNBB diante dos altos índices de desemprego hoje no País?

Essa realidade é mundial. Só que nós acabamos nos submetendo a essa política internacional. Somos um pouco submissos a isto. Eu me lembro de um presidente do próprio Tribunal do Trabalho que disse: infelizmente hoje todas as garantias do trabalho estão na UTI. Nosso serviço de leis para proteger o trabalho hoje está na UTI. E ele disse publicamente, não foi em particular. O Brasil já paga um salário que é muito aviltante. Então a gente sente que isto é um problema muito sério, realmente.

O sistema de Seguridade Social no Brasil vive numa espécie de "berlinda", notadamente em relação à Previdência Social pública, com algumas correntes defendendo a sua privatização. No seu entendimento, quais os rumos que devem ser dados a essa questão, diante do inegável caráter social do sistema?

Eu não tenho dados sobre isto. Mas tenho a memória de muitas acusações de desvios de recursos que vêm se fazendo ao longo da história do Brasil. Porque não é de agora que se acusa isto (desvio de recursos). Até mesmo na construção de Brasília as pessoas dizem que muitos fundos foram empenhados, e em outras coisas. Eu acho que têm algum fundamento, porque essas acusações não devem ser todas gratuitas. É algo que deveria ser investigado e o Governo deveria ter um cuidado especial em relação a isto, porque essas quantias foram recolhidas do povo. Uma pessoa que pagou milhões, quando chega no fim recebe uma bagatela. Então eu acho que isto deveria ser muito controlado pelo Governo. Até porque este é um processo de solidariedade que o povo tem. Quando a gente faz com que isto não funcione, a gente perde muito a credibilidade. Eu acho que é muito importante que o governo administrasse isto cuidadosamente, não desviando o dinheiro que se recolhe da Previdência. Eu não posso acusar, porque eu não conheço a matéria, mas de há muito tempo - pelo menos uns trinta anos ou mais - eu ouço isto.

E na questão da privatização, a CNBB não tem alguma posição?

Eu ainda tenho dúvidas quanto à privatização em si. Eu vejo que se quer privatizar tudo. Parece que a solução do País é privatizar. Mas nós vimos quanta coisa que privatizaram e não deu tão certo.

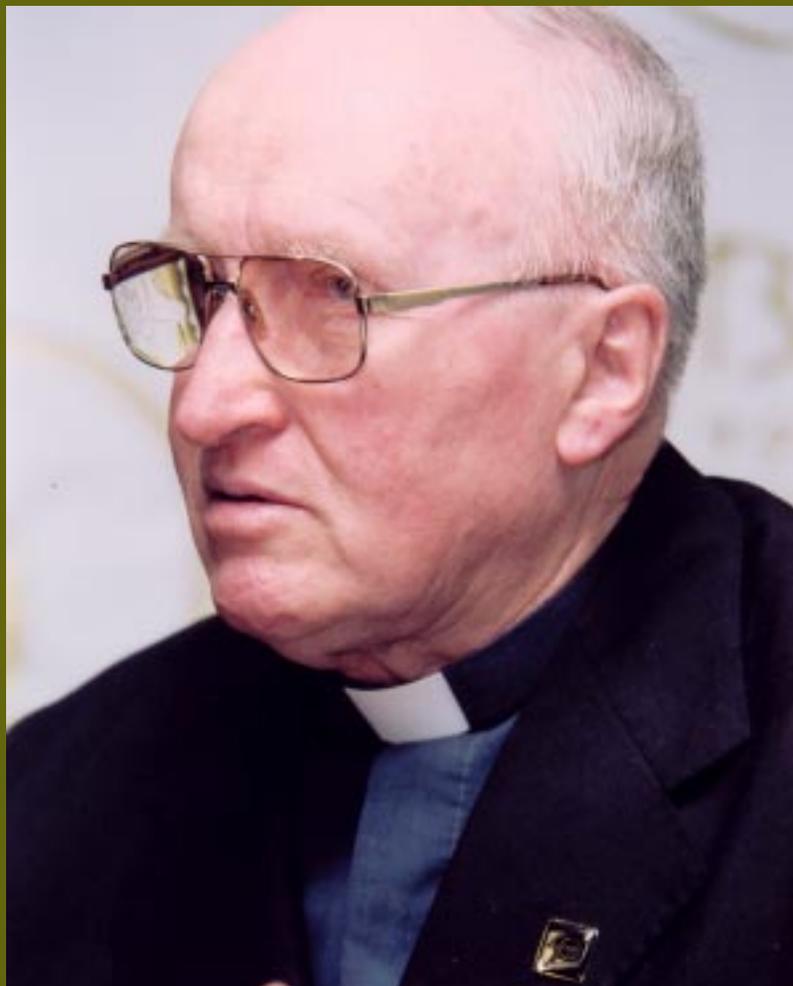
O sr. tem alguma mensagem, recado, alerta ou advertência em relação ao momento político que o país viveu com as eleições?

Na verdade nós sempre dizemos a mesma coisa, porque a Igreja resolveu tomar uma distância crítica da política partidária. Então, nós não indicamos candidatos, mas pedimos sempre que se respeite a ética, a consciência. Inclusive a CNBB também assumiu a lei 9840 (aprovada a partir de Projeto de Iniciativa Popular, como expressão do desejo da sociedade civil de luta contra a corrupção), que defende a ética nas eleições, no sentido de que não haja processos ilícitos para a conquista de cargos no Congresso, essa coisa de ser eleito em troca de um par de sapatos, de fazer negociatas. De fato nós temos passado por muitos momentos tristes

no Brasil. De repente temos que cassar um senador, um deputado. Era melhor que isto não ocorresse. Eu acho que o próprio Congresso e o País deveriam zelar por isto, porque fica mal para todos nós.

O sr. tem uma visão otimista ou pessimista do Brasil?

Eu sou otimista, porque o Brasil é um belo País, e o nosso povo é muito bom. Tudo vai se arrumar. Mas tem gente de fora que também está procurando nos tirar muita coisa. Olhando-se para o jogo da Bolsa, do dólar, percebe-se que não há explicação racional para isto. Eu me consolei porque me disseram que o último prêmio Nobel da Economia fez uma análise dos economistas e concluiu que tudo o que eles andam dizendo agora é psicológico. Pode ser que seja mesmo. Porque não é racional o que estão fazendo, a não ser que tenham o interesse de nos tirar o dinheiro.



"Eu sou otimista, porque o Brasil é um belo País, e o nosso povo é muito bom. Tudo vai se arrumar"

E não é isto o que acontece?

Mas pode ter fundo psicológico (risos). É a impressão que se tem hoje. A economia, em vez de ser racional... Um mais um é dois. Mas já para muita gente um mais um não é dois. Depende do estágio psicológico. Um dia é dois, outro dia é um, outro dia é meio, outro dia é um e meio. O dólar é assim: sobe e desce. Esse senhor aí do Banco Central... eu não deveria falar isto, não é?... cada vez ele inventa alguma coisa para segurar os bancos. Mas no dia seguinte inventam outra para fugir daquilo que o Banco Central quer. Agora, eu acho que isto não é questão econômica, só. E talvez nem sempre seja a vontade de nos tirar as coisas, mas também tem o fator psicológico. Veja, vem o Fundo Monetário e diz que o Brasil não tem problema, é tão rico, em último caso eles vão

querer alguma parte da Amazônia. É tão rico este País que não tem como nos tirarem tudo. Não dá. A verdade é esta.

Mas existe a ambição internacional de nos tirar a Amazônia.

Existe, e olhe que é muito grande, viu? Nós da Igreja vamos fazer um trabalho na Amazônia. É um trabalho missionário, mais espiritual, e com isto a gente levanta o espírito para defender também a nossa terra.

No sentido de preservar os valores que estão na Amazônia?

A Amazônia é uma coisa que ninguém imagina como é linda, bonita, como é maravilhosa. É uma riqueza imensa. Vamos fazer um trabalho intenso, temos que mandar muita gente para lá. Já estamos começando, mas até universidades nós

estamos querendo levar para lá. Queremos que o povo brasileiro seja mais forte lá dentro. Para as coisas da Amazônia, tem que ser a Amazônia que dá a resposta. Não somos nós, gaúchos do Rio Grande do Sul, que vamos responder pela Amazônia. Cada um na sua terra, no seu ambiente, no seu habitat, tem que assumir o País. Eu estou interessado, porque muitas vezes eu vi os bispos de lá falando, e há as coisas que eu ouço andando por aí, em alguns países, onde dizem que a Amazônia não é mais brasileira.

Como seria na prática esse trabalho da CNBB?

Por exemplo, uma das coisas que nós queremos levar é algumas universidades, para que construam campus lá. Porque as universidades podem investigar, fazer pesquisas, formar gente. Esse é um trabalho. Outro, é nos levarmos missionários mesmo, e leigos para lá. Porque se nós não tivermos gente, não poderemos fazer o trabalho, uma vez que as distâncias são imensas.

Missionários americanos já têm muitos por lá...

Eu sei, lá tem de tudo. Então precisamos nós, brasileiros, ir para lá, e assumir a nossa Amazônia.

Fazer uma rede de universidades católicas, por exemplo...

Sim, também, mas não só isto, queremos também a Igreja. Nós estamos desguarnecidos, não temos ninguém lá. As pessoas vão porque tem terra, mas desmatam, levam as nossas riquezas de árvores, a nossa natureza, que é rica. É triste aquilo. E queremos ver se conseguimos que a Amazônia seja respeitada na sua biodiversidade e assim por diante. Porque a Igreja não vai lá só e unicamente pelo aspecto religioso, mas com o aspecto religioso vai entrar a educação, saúde, vida, respeito, amor à pátria etc etc.



“Queremos ver se conseguimos que a Amazônia seja respeitada na sua biodiversidade e assim por diante”

COMISSÃO DE
CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Menos dinheiro para a Previdência

Com a boa intenção de desafogar a Justiça do Trabalho e estimular a negociação entre patrões e empregados, há quase três anos foi sancionada a Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000, instituindo as comissões de conciliação prévia, cuja atuação vem drenando recursos da Previdência Social. Um primeiro balanço dos acordos realizados no âmbito das comissões demonstra que a experiência - rapidamente absorvida e adotada por grandes corporações -, além de reduzir ou suprimir direitos individuais do trabalhador, traz prejuízos para toda a sociedade, pela perda de receita, estimada em 30%, daquilo que se arrecada para a previdência nos entendimentos feitos na Justiça do Trabalho.



Quando o acordo é realizado na Justiça do Trabalho, segundo a legislação em vigor, há obrigatoriedade de recolhimento das contribuições previdenciárias, tendo o juiz responsável pelo entendimento a competência para presidir a execução desses valores. Conforme dados do INSS, a receita anual a este título alcança a expressiva cifra de R\$ 700 milhões em todo o País.

Assim, enquanto nas ações ajuizadas na Justiça do Trabalho há o recolhimento regular das contribuições previdenciárias, independentemente da intervenção do juiz ou da cobrança do INSS, nos acordos efetuados nas comissões de conciliação prévia não se arrecada absolutamente nada. Essa perda de receita decorre de grave falha na Lei 9.958, que não prevê a execução das contribuições para a Previdência.

Além da evasão de receita para os cofres públicos, há outras irregularidades. Acertos lesivos, resultando em pagamento de importância menor do que a devida; manobras para forçar os demandantes a abrir mão de direitos e verbas

rescisórias irrenunciáveis; homologação de rescisão de contrato de trabalhadores com mais de um ano de serviço - falsa, uma vez que o § 1º do art. 477 da CLT exige para sua validade a presença de representante do Ministério do Trabalho ou a assistência do sindicato, o que não ocorria; e cobrança de taxas sobre o valor do desconto.

Houve uma tentativa, frustrada, do Ministério do Trabalho, de estabelecer normas para o acompanhamento e fiscalização do funcionamento das comissões, inclusive no que se refere à forma de custeio. Foi a publicação, no dia 7 de junho deste ano, no Diário Oficial da União, da Portaria nº 264, que também chamava a atenção para o necessário cumprimento do § 1º do art. 477 da CLT, referente à correta rescisão contratual.

Para os advogados e juizes do trabalho, a Portaria é ineficaz e inócua. A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) preconiza, assim como os advogados, o fim da obrigatoriedade da apresentação preliminar da demanda às comissões de conciliação prévia. Outro ponto proposto é a limitação do alcance dos efeitos da conciliação. Hoje, os trabalhadores assinam o termo de eficácia liberatória geral, que na prática significa abrir mão de todos os direitos trabalhistas se houver acordo na conciliação.

Falha facilita acordo

A falta de previsão na lei de ato que regularmente a arrecadação das contribuições previdenciárias no âmbito da comissão de conciliação prévia, responsável pela perda de receita, tem se constituído em estímulo para ampliação dessa modalidade de negociação extrajudicial. Essa brecha na legislação, além de permitir a cobrança de honorários pelos "conciliadores", tem facilitado o acordo entre patrões e empregados.

Quem perde com a evasão dessa receita - cerca de R\$ 211 milhões, o que corresponde a 30% dos R\$ 706 milhões que o INSS arrecada por ano com as execuções trabalhistas - não é apenas o trabalhador individualmente prejudicado, mas toda a sociedade. "Não havendo o recolhimento, de um lado, perde o trabalhador porque o período



Neill Hamilton/CBpress

Ministro Francisco Fausto: comissões deveriam ficar sob controle do Ministério do Trabalho

do trabalho não poderá ser contado como tempo de serviço no sistema contributivo; e, de outro, a sociedade, que não contará com essa verba constitucionalmente destinada ao custeio da previdência, saúde e assistência social". Quem faz o alerta é o procurador-chefe do INSS em Recife/PE, Gilberto Lopes Albuquerque, que participou do V Encontro Nacional de Diretores e Secretários Judiciários dos Tribunais do Trabalho, realizado em setembro último em Recife.

O impacto da atuação das comissões de conciliação prévia na arrecadação das contribuições previdenciárias foi um dos temas debatidos nesse encontro. Dessa discussão, também fez parte o presidente do TST, ministro Francisco Fausto, para quem as comissões de conciliação

prévia deveriam ficar sob controle do Ministério do Trabalho e ter um registro que seria cassado no caso de irregularidades. Além disso, o ministro propõe a obrigatoriedade de o acordo firmado nas comissões de conciliação prévia ser homologado pelo juiz de trabalho.

O tema vem sendo objeto de preocupação e discussão nos Ministérios do Trabalho e da Previdência, bem como no Congresso Nacional, devendo concluir por um projeto de lei para modificar a Lei 9.958 de maneira a corrigir suas distorções. No INSS, por meio da Coordenadoria-Geral da Dívida Ativa, já foi elaborada e encaminhada ao Ministério da Previdência minuta de norma propondo que seja cobrada a contribuição previdenciária e, na hipótese de não recolhimen-

to, que se atribua ao juiz poderes para executá-la de ofício. O projeto recomenda, ainda, a ampliação da cobrança às delegacias de trabalho que fazem milhares de acordos Brasil a fora. "Mandamos a minuta para o Ministério da Previdência, que tanto poderia resolver o assunto por projeto de lei ou por Medida Provisória. Nós tínhamos a idéia de inserir nossa proposta no âmbito dos projetos já apresentados no Congresso. Depois que o Ministério optou por redigir um projeto de lei, resolvemos fazer um projeto autônomo. Voltamos a apresentá-lo ao Ministério e a proposição está num vai e vem, patinando há meses", esclarece o procurador Roberto Mader Machado, coordenador-geral da Dívida Ativa do INSS.

Para Mader Machado, a idéia da conciliação era interessante na sua concepção, mas foi pessimamente implementada. "Hoje, as comissões estão sendo manipuladas pelas grandes indústrias, que as montam em seu ambiente com a própria freguesia, fazendo os acordos que querem e chutando a Previdência". Na opinião do procurador, um juizado de pequenas causas do trabalho poderia resolver o problema. "Em vez de se alimentar a discussão sobre modificar a Lei 9.958 ou acabar com as comissões e voltar tudo como era antes, por que não criar um juizado especial trabalhista para examinar as pequenas

A reportagem da Revista de Seguridade Social fez contato com a deputada federal reeleita Vanessa Graziotin (foto), do PC do B do Amazonas, que integra a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, onde será debatido o mérito de todos os projetos que pretendam modificar a Lei 9.958/00.

A deputada disse que já há tempo suficiente desde a edição da lei para se avaliar e fazer um balanço dos benefícios e prejuízos causados pela atuação dessas comissões. Na opinião da parlamentar, pode-se registrar mais prejuízos do que benefícios, tanto aos trabalhadores quanto ao poder público na questão de recolhimento de tributos. "Hoje, qualquer atitude que venha a enfraquecer ou a diminuir a arrecadação da previdência é muito ruim. No retorno dos trabalhos legislativos, o que podemos tomar de providência é procurar fazer audiências públicas na Comissão de Trabalho para debater esses assuntos e outros aspectos da lei e, a partir daí, trabalhar para realizar as modificações necessárias", concluiu.



Ronaldo de Oliveira/Cápress

causas?" Isto, de forma simplificada e rápida, dentro da própria justiça, entende o procurador. Nesse caso, a arrecadação das contribuições

previdenciárias voltaria a ser automática e não se estaria colocando mais esse risco ao custeio da Seguridade Social.

Para entender a Lei

A Lei 9.958, de 12 de janeiro de 2000, que instituiu as comissões de conciliação prévia, entrou em vigor em março de 2000, depois de passados 90 dias de sua publicação no Diário Oficial, ocorrida em 13 de janeiro. A lei autoriza as empresas, independentemente de negociação, e os sindicatos, condicionados à negociação coletiva, a instituírem comissões de conciliação, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais de trabalho. As comissões instituídas no âmbito das empresas têm no máximo dez e no mínimo dois membros, sendo metade indicada pelos empregadores e metade eleita pelos trabalhadores. Os representantes dos empregados e seus respectivos suplentes têm mandato de um ano, com direito a uma recondução, e gozam de estabilidade até um ano após o manda-

to. Em sua eleição, a participação do sindicato se limita à fiscalização do pleito. No exercício dessa representação, os membros eleitos pelos empregados - o texto é omissivo em relação aos representantes do patrão - desenvolvem seu trabalho normal na empresa, afastando-se de suas atividades apenas quando convocados para atuar como conciliadores, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.

Pela lei, toda e qualquer demanda de natureza trabalhista é submetida à conciliação se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a comissão, seja no âmbito da empresa, seja no âmbito do sindicato. Caso exista, na mesma localidade e para a mesma categoria, comissão de empresa, cuja instalação depende só da vontade patronal, e a comissão sindical, para cuja instalação há necessida-

de de negociação, o interessado opta por uma delas para submeter sua demanda, sendo competente aquela que primeiro conhecer o pedido. A decisão, materializada no termo de conciliação, é título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral, nunca mais podendo ser questionada, excetuando-se as parcelas expressamente ressalvadas.

Portanto, desde a entrada em vigor da lei, nenhum trabalhador de empresa que tenha instituído a comissão pode recorrer à Justiça para reclamar direito trabalhista, salvo se houver tentado e fracassado o entendimento no âmbito da comissão. Ou seja, somente após passar pela comissão e na hipótese de não haver acordo é que o trabalhador poderá procurar a Justiça para reclamar seus direitos, devendo estar munido da declaração da tentativa de conciliação frustrada.

Na presente edição da Revista de Seguridade Social, retomamos a série de reportagens sobre (In)justiça Fiscal no Brasil, interrompida em razão da necessidade de se publicar, na edição 73, a íntegra das respostas dos candidatos à Presidência da República em relação aos temas da atualidade que interessam diretamente a todos os brasileiros. Nesta quarta reportagem da série, está sendo abordada a questão da Cobrança Administrativa no âmbito do INSS.

COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Falta pessoal

O quadro reduzido de Auditores Fiscais da Previdência Social exercendo a função de analistas constitui-se num dos problemas do setor de Cobrança administrativa do INSS. O coordenador-geral de Cobrança, Paulo César Zumpano, diz que o "calcanhar de Aquiles", sem dúvida, é o excessivo estoque de processos que já ultrapassaram, em muito, o prazo aceitável de tramitação de 120 dias. Muitas das gerências executivas do INSS conseguem manter um prazo de tramitação aceitável dos processos, mas outras ultrapassam demasiadamente esses prazos. "Todos somos sabedores de que os maus contribuintes podem se beneficiar com essa situação, transferindo todo o seu patrimônio para frustrar a execução fiscal", adverte.



Falhas na legislação, dificuldades para a realização de diligências complementares necessárias à instrução do processo, decisões judiciais, inconsistências verificadas em lançamentos de cobrança, além do já apontado quadro reduzido de auditores fiscais, estão entre as situações que, segundo Zumpano, afetam a resolução dos processos. "Contudo, precisamos enfrentar isto e envolver todos os setores para solucionar de vez o grave problema. Justificativas técnicas e operacionais para nós compreensíveis são de difícil aceitação para o público externo". E adverte: "Se não enfrentarmos com determinação essa problemática, todos nós poderemos ser acusados de ineficientes, pela CPI do INSS, pelo TCU e pela Auditoria Geral".

De acordo com os levantamentos processados até o mês de agosto, o montante de créditos aguardando decisão administrativa estava em R\$ 21,5 bilhões. Em relação à tramitação de



processos de débito, a meta de prazo médio é de 120 dias para conclusão da fase administrativa dos débitos. No entanto, a média nacional se situa na casa dos 200 dias. A cobrança eficiente ainda esbarra em volumoso estoque de parcelamentos requeridos pelos contribuintes e pendentes de cadastramento, em sistemas que não respondem com a devida agilidade e na insuficiência de servidores para a área de cobrança nas agências da previdência social.

O problema de tramitação dos processos no INSS já se tornou crônico, sempre persistindo dúvidas quanto ao alcance das metas a cada ano. Segundo Zumpano, o problema somente será resolvido a partir da eliminação do estoque hoje existente. Para tentar alcançar esse objetivo, foram estabelecidas duas novas ações, que consistem em reduzir integralmente o estoque de processos administrativos, referentes às notificações e autos de infração emitidos pelos audi-

tores fiscais, gerados até 31 de dezembro de 2001, e cadastrar e incluir para cobrança todo o estoque de parcelamentos requeridos pelos contribuintes até essa mesma data.

"Para cumprimento dessas ações, está sendo mobilizado todo o nosso contingente (Auditores Fiscais da Previdência Social e agentes administrativos), bem como todas as chefias e os novos gerentes executivos do INSS recentemente nomeados". A propósito - relata Zumpano - durante o treinamento desses novos gerentes, realizado em agosto deste ano, foi feito um trabalho especial de conscientização nesse sentido, dando-se conhecimento de pendências na área de cobrança de cada agência da previdência sob jurisdição desses gerentes. "Além disso, destacamos grupos de apoio aos estados, com várias equipes de auditores fiscais analistas trabalhando nas gerências executivas que se encontram em situação mais grave. Quatro gerências já tiveram esse apoio técnico e o resultado vem sendo satisfatório. Esse apoio, no entanto, é emergencial e assume caráter excepcional. As gerências executivas vêm sendo orientadas a aumentar o número de Auditores Fiscais analistas, com treinamentos para esse fim, de forma a prepará-los para a função sempre que a demanda exigir. Essa ação é prioridade absoluta, deve ser uma diretriz básica e compromisso fundamental de nossos gerentes".

Hoje, até devido à atual forma de avaliação do trabalho dos auditores fiscais direcionada às ações externas de fiscalização, a área de análise de débitos e recursos possui um quadro reduzido de pessoal, o que acarreta a dilatação do prazo de julgamento dos débitos.

Enquanto isso, outras medidas estão sendo tomadas, como a criação das Divisões de Descentralizadas de Julgamento. Zumpano informa a esse respeito que já encaminhou, com total apoio da Diretoria de Arrecadação e das demais Coordenações Gerais, proposta para a criação de cinco divisões descentralizadas de julgamento, que funcionariam nas mesmas cinco regiões fiscais hoje existentes. Essas divisões seriam compostas por turmas com três AFPS analistas e teriam tantas turmas quantas fossem necessárias, em função da demanda de processos da região. As turmas seriam dirigidas por um presidente nomeado entre os julgadores. Funcio-

nariam como Divisões de Alçada para processos acima de determinado valor, a ser fixado, e também julgariam alguns casos especiais, como por exemplo todas as notificações fiscais e autos de infração gerados em refiscalização temática de recuperação de crédito não constituído em auditorias anteriores.

Tal medida, na visão de Paulo César Zumpano, possibilitaria uma eficaz racionalização dos trabalhos entre as diversas gerências executivas de cada região fiscal, bem como atribuiria uma autêntica profissionalização da área. Paralelamente, seriam mantidos os Serviços/Seções de Análise nas gerências, até mesmo para a formação de novos analistas. A propósito, ele lembra que no concurso para auditores fiscais que está sendo realizado este ano, um considerável número de vagas já deverá ser preenchido por candidatos com o perfil desejável para a área.

Leia a seguir uma breve entrevista de Paulo Zumpano sobre as questões mais importantes envolvendo o setor de Cobrança:

Os serviços de análise no Brasil vêm trabalhando em conjunto com a fiscalização externa visando melhorias na constituição de crédito?

Os Auditores Fiscais analistas já mantêm algum entrosamento com os colegas que trabalham no serviço externo, efetuando os lançamentos das contribuições previdenciárias e lavrando os autos de infração. Contudo, esse intercâmbio não existe em todas as Gerências Executivas e se dá de forma voluntária entre os dois setores, sem qualquer planejamento ou orientação da Coordenação Geral de Cobrança. Já estamos trabalhando no sentido de estabelecer regras e diretrizes para nortear esse procedimento, que é imprescindível para uma atuação eficiente.

Um bom serviço de cobrança depende da atuação coordenada entre Agências da Previdência com os Servidores/Divisões de Arrecadação, tanto no que se refere a fluxo de processos, como também no relacionamento profissional. Como está sendo atualmente, depois da reestruturação organizacional, essa atuação?

Estamos atualmente identificando os principais problemas que impedem um adequado fluxo de processos. Já implementamos uma ope-

ração especial de cobrança, que conta com uma equipe de 14 servidores especializados no sistema SICOB (sistema informatizado de acompanhamento de cobrança do INSS). Eles estão visitando as agências de Previdência Social, solucionando e orientando os servidores locais. Em outra linha de atuação, montamos um projeto de treinamento para todo o contingente, que será implementado no menor prazo possível.

Como influir no PROPREV (Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social), mais especificamente no Novo Modelo de Gestão do INSS, aproveitando este projeto para melhorar nos processos de cobrança?

Temos feito reuniões periódicas com os responsáveis pelo projeto, que estão identificando nossas deficiências e construindo soluções. Eu, particularmente, acredito muito na

construção de soluções para o aperfeiçoamento dos processos de cobrança, notadamente no que diz respeito à revisão e integração dos sistemas. Acreditamos muito na modernização tecnológica de nossos sistemas para que possamos processar e recuperar nossos créditos de forma célere e com a eficiência desejada. Acho que temos totais condições de enfrentar esse desafio.

O que pensa sobre os procedimentos e pareceres adotados nas Decisões-Notificações?

Os Pareceres da Consultoria Jurídica do MPAS, revestidos de caráter normativo, de acordo com a Lei Complementar nº 73/93, devem sempre dar suporte às nossas decisões-notificações. Apesar disso, temos alguns casos de Pareceres contraditórios entre si ou em relação à legislação. Nesses casos, vamos provocar a Consultoria Jurídica do MPAS, no sentido de afastar os conflitos e de adotar a posição correta. Brevemente estaremos solicitando a todos os AFPS, em especial aos AFPS analistas, que nos enviem sugestões, pedidos de uniformização e de esclarecimentos acerca de Pareceres conflitantes, visando dar efetividade à ação.

O que pretende mudar no contencioso administrativo (primeira instância de recursos administrativos)?

Temos observado que nossas Decisões-Notificações, via de regra, são bem fundamentadas, consistentes e possibilitam uma execução fiscal fadada ao sucesso no que diz respeito à sua forma. Contudo, temos observado também que precisamos implantar novas maneiras de tornar mais célere e eficaz a emissão das decisões-notificações, em face da volumosa quantidade de processos e do insuficiente número de Auditores Fiscais analistas preparados para o mister. No menor prazo possível, estaremos trabalhando para conscientizar nossos analistas no sentido de elaborar decisões respeitando sempre o contraditório, respondendo ponto a ponto as alegações do contribuinte. As impugnações hoje apresentadas pelos contribuintes que contratam grandes escritórios de advocacia quase sempre são muito extensas e repetitivas, com longas e teóricas abordagens sobre os lançamentos consignados nas Notificações Fiscais de Lançamento de Débito e Autos-de-Infração. Con-



Fotos:Bernadete Brasileira

Zumpano acredita na construção de soluções para o aperfeiçoamento dos processos de cobrança



“Os órgãos julgadores administrativos devem ser fortalecidos para solucionar de forma ágil os conflitos entre a Administração e os contribuintes”

tam também com a inserção de inúmeras jurisprudências (nem sempre aplicáveis ao caso). O analista é o julgador no âmbito administrativo, sua função em tudo se assemelha à do Juiz togado. Devemos não apenas decidir de forma imparcial, mas utilizar relatórios fundamentados e dispositivos de decisão claros e concisos, que não levem em conta a retórica utilizada pelo Impugnante e observem exclusivamente os princípios legais e constitucionais aplicáveis.

Como a Procuradoria poderia intervir para uma melhor constituição do crédito?

Dando retorno das sentenças transitadas em julgado contra o INSS para nos alertar onde estão ocorrendo as falhas, bem como o pronto atendimento das consultas formuladas acerca de orientações sobre fatos geradores discutidos em juízo onde as empresas estão sob ação fiscal, fator decisivo na atuação da fiscalização. Nesses dois pontos, especificamente, envidaremos todos

os esforços para obter uma solução satisfatória, dada a necessidade impostergável de definição dos procedimentos a serem adotados.

Como o Sr. vê o papel do julgamento administrativo de débitos?

Os órgãos julgadores administrativos devem ser fortalecidos para solucionar de forma ágil os conflitos entre a Administração e os contribuintes, observando sempre as garantias e os princípios constitucionais, de forma a reduzir significativamente as demandas tributárias no Judiciário. A opção pela via administrativa é desejável e pertinente diante de nossa Constituição, até mesmo pela vantagem de ser atrativa pela gratuidade, por suspender a exigibilidade dos créditos em face das impugnações e recursos, bem como pela certeza das garantias constitucionais. A justiça feita na esfera administrativa só traz credibilidade para a Administração Pública.

A área de análise pode ajudar no combate à sonegação passando informações do contencioso administrativo para a fiscalização: Decisões-notificações, Acórdãos, etc. ?

Sim, passando as experiências adquiridas na análise dos processos e pesquisas jurisprudenciais e doutrinárias. A Coordenação Geral tem uma preocupação muito grande em relação a este problema. Uma de nossas primeiras providências foi retomar o projeto "Sistema Decisão-Notificação", que já foi implementado em caráter experimental desde o último dia 15 de julho deste ano. Trata-se de um Banco de Dados em que deverão ser armazenadas todas as DN's (decisões-notificações) emitidas a partir de 1º/07/2002. O sistema está preparado para inclusão dos dados e para efetuar pesquisas. A liberação para todos os auditores fiscais será em breve. Esperamos que essa iniciativa institucionalize o diálogo entre analistas e entre estes e a fiscalização externa, deixando-os cientes quanto a essas decisões e notificações.

Seguridade Social: Saldo positivo contribuiu para superávit primário do Governo Central

No primeiro semestre de 2002, o Orçamento da Seguridade Social, conforme preceituado pela Constituição Federal, apresentou um saldo positivo de R\$ 14,023 bilhões, no balanço de suas receitas e despesas (Quadro à direita). Esse resultado demonstra que as receitas de contribuições sociais vêm superando as despesas em saúde, previdência e assistência social. Mesmo quando computados os encargos dos regimes próprios de servidores públicos civis e os militares, o saldo positivo foi de R\$ 6,172 bilhões.

As fontes de recursos para o financiamento do sistema de Seguridade Social deveriam ser alocadas integralmente para os gastos nas áreas de saúde, previdência e assistência social. Diante dessa realidade, a sociedade e o Congresso Nacional têm buscado resistências como a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza, mediante Emenda Constitucional - EC nº 31 (que estabelece gastos mínimos para essas ações), a aprovação de recursos mínimos para a saúde, mediante EC nº 29 (determinando ampliação desses gastos pela variação nominal do PIB), aumentos reais para o salário mínimo, etc.

Em seu conjunto, as receitas do Orçamento da Seguridade Social no primeiro semestre de 2002 cresceram 6,9%, frente ao mesmo período de 2001. As maiores contribuições para esse aumento foram a CPMF, cuja alíquota passou de 0,30 para 0,38, com a criação do Fundo da Pobreza, e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (que cresceu pelos resultados das estatais e do setor financeiro). A queda da COFINS pode ser explicada pelo efeito cumulativo de dois fatores: substituição pela CIDE-Petróleo e diminuição da atividade econômica. Vale enfatizar que a receita previdenciária sobre a folha teve um crescimento real de 5,65% no primeiro semestre de 2002.

O conjunto das despesas aumentou 15,91%, comparando-se o primeiro semestre de 2002 com igual período de 2001. O fator determinante para esse aumento foi o reajuste do salário mínimo ocorrido em abril de 2002, de 11,11%.

Ainda que não conseguindo acompanhar o reajuste do salário mínimo, os benefícios previdenciários cresceram 9,2%, (há ainda um crescimento vegetativo do número de beneficiários). Os benefícios assistenciais são duplamente impactados pelo salário mínimo, uma vez que cresce o valor do benefício

individual e aumenta a linha de corte do critério de admissão ($\frac{1}{4}$ de salário mínimo de renda per capita). Fruto dessas variações, a que se acrescenta a diminuição da renda de salários, o benefício concedido pela LOAS aos idosos cresceu 35%.

As despesas no Ministério da Saúde cresceram apenas 1,5%, apesar de a EC nº 29 estabelecer crescimento igual à variação nominal do PIB. Outra inovação em 2002 foi a criação do Fundo da Pobreza, que neste ano deve consumir no mínimo os valores arrecadados neste exercício além dos valores não gastos em 2001, como determina a Constituição. Nota-se que o Governo tem concentrado suas ações de assistência social em programações a cargo desse Fundo, primeiro porque distribui os benefícios diretamente, sem a intermediação de estados e municípios, buscando mostrar uma face social; segundo, porque essas despesas são obrigatórias, têm limite mínimo, e classificar outras ações nesses programas ajuda a atingir o mínimo constitucional.

No primeiro semestre de 2002, o superávit primário produzido nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi de R\$ 18,7 bilhões (Demonstrativo do Resultado Primário da União - Secretaria do Tesouro Nacional). Isso demonstra que 33% desse valor veio da Seguridade Social (agregando o regime próprio). Tomando-se por base tão somente as despesas em saúde, assistência social e previdência do RGPS, o resultado da Seguridade foi de R\$ 11,164 bilhões, o que representa 75% do resultado primário do governo central.

Isso demonstra que toda a ação de Governo está centrada na obtenção de superávits. Para esse objetivo não há fronteiras nem proibições, até mesmo a Seguridade Social vê-se transformada, ao invés de assegurar cidadania, em instrumento de fabricação de superávit e de garantia de liquidez para o endividamento público.

**RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL(1)
SALDO COM O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2002**

I-RECEITAS	2002
RECEITA PREVIDENCIÁRIA LÍQUIDA (2)	31.461
OUTRAS RECEITAS DO INSS (3)	0.231
COFINS	20.536
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	5.639
CONCURSO DE PROGNÓSTICO	0.373
RECEITA PRÓPRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	0.470
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (4)	0.275
CPMF (5)	7.333
RECURSOS DO FUNDO DE POBREZA (6)	2.871
TOTAL DAS RECEITAS	69.189
II-DESPESAS	2002
PAGAMENTO TOTAL DE BENEFÍCIOS (7)	41.207
1. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	38.485
* URBANOS	30.788
* RURAIS (8)	7.697
2. BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.381
* RMV	0.746
* LOAS	1.635
3. EPU - LEGISLAÇÃO ESPECIAL (9)	0.341
SAÚDE (10)	8.595
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	0.376
CUSTEIO E PESSOAL DO INSS (11)	2.156
OUTRAS AÇÕES DA SEGURIDADE (12)	0.977
AÇÕES DO FUNDO DE COMBATE À POBREZA (13)	1.855
TOTAL DAS DESPESAS	55.166
SALDO FINAL	14.023

Fonte: SIAFI e Fluxo de Caixa do INSS (dados de previdência).

NOTAS:

(1) Receitas e despesas da Seguridade Social, conforme preceitua o artigo 195 da C.F (exclui PIS/PASEP, FAT, Juros, amortizações, etc.); (2) Receita líquida = Arrecadação bancária + Simples + depósitos judiciais - restituições de arrecadação - transferências a terceiros; (3) Corresponde a rendimentos financeiros, antecipação de receita e outros, segundo o Fluxo de Caixa do INSS; (4) Referem-se a contribuições sobre o DPVAT (vai para a saúde), contribuições sobre prêmios prescritos, bens apreendidos (parcela da assistência social); (5) Exclui parcela arrecadada para o fundo da pobreza (alíquota de 0,08% da CPMF); (6) No primeiro semestre de 2001 os recursos ainda não estavam regulamentados. O valor de 2002 se refere à alíquota de 0,08% da CPMF acrescido de R\$ 915 milhões que é a parcela arrecadada em 2001 convertida em títulos para serem gastos em 2002; (7) Referem-se aos benefícios mantidos (previdenciários + assistenciais + legislação especial); (8) Exclui LOAS e RMV. Os dados relativos aos benefícios rurais são preliminares; (9) Encargos previdenciários da União: benefícios concedidos através de leis especiais, pagos pelo INSS, com recursos da Seguridade Social, e repassados pelo Tesouro; (10) Inclui ações de saúde do SUS, saneamento e custeio do Ministério da Saúde; (11) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do INSS, bem como despesas operacionais consignadas; (12) Referem-se a ações prestadas em outros ministérios; (13) Despesas executadas a partir do segundo semestre de 2001.

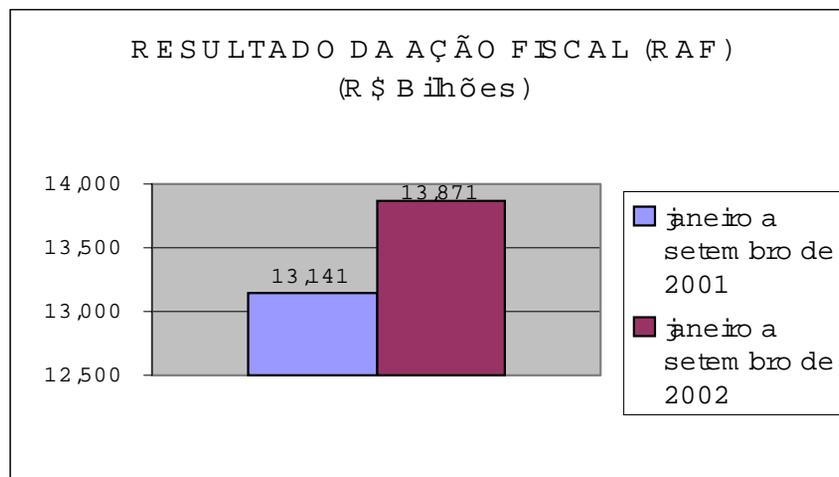
Resultado da ação fiscal atinge R\$ 13,871 bilhões

O Resultado da Ação Fiscal (RAF) no período de janeiro a setembro de 2002 totalizou R\$ 13,871 bilhões, correspondendo a 28% do total da arrecadação previdenciária líquida, que foi de R\$ 49,031 bilhões, de acordo com o Fluxo de Caixa do INSS. Se comparado com o mesmo período de 2001, quando totalizou R\$ 13,141 bilhões, verificou-se um crescimento de 5,56% no RAF.

É importante frisar que esse aumento no RAF é uma decorrência direta do esforço arrecadador dos Auditores Fiscais da Previdência Social.

Os AFPS fiscalizaram em todo o território nacional 71.020 empresas e visitaram (realizaram diligências) outras 83.909. Foram emitidas 20.783 Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD), que totalizaram R\$ 10,703 bilhões, representando 77% do total do RAF, com um aumento expressivo de 27,52% em relação ao mesmo período de 2001, quando totalizaram R\$ 8,393 bilhões. Embora com valores maiores, a quantidade de NFLD foi 17,26% menor em 2002, em razão de ações direcionadas para grandes contribuintes com os valores maiores por documento (em média).

Quanto aos recolhimentos, totalizaram R\$ 641,622 milhões, representando apenas 4,6% do total do RAF e apresentando crescimento de 11,5%



em relação ao mesmo período de 2001, quando somaram R\$ 575,423 milhões.

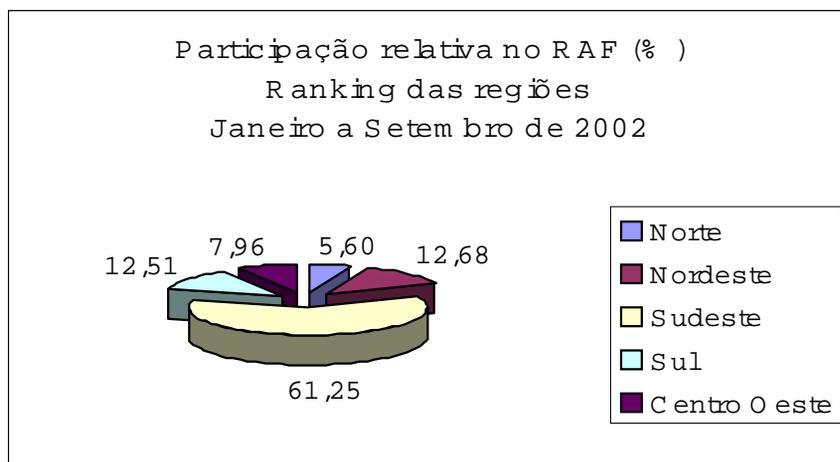
Já com relação aos parcelamentos, foram emitidos 13.215 Lançamentos de Débitos Confessados (LDC) que totalizaram R\$ 2,527 bilhões, correspondendo a 18% do total do RAF e apresentando uma queda significativa em relação ao mesmo período do ano de 2001, quando então totalizaram R\$ 4,172 bilhões. O resultado inferior verificado em 2001 (janeiro a setembro) foi decorrente da concessão de Parcelamentos Especiais Instituídos pela Lei 9.639/98 (MP-1571/97) e 9.964/2000 e alterações posteriores, com redução

de juros, multa, permissão para incluir os descontos de empregados no parcelamento e ampliação do prazo para pagamento que beneficiou Estados, Municípios e Empresas em geral.

Compondo os dados agregados, o número de empresas visitadas e fiscalizadas chegou a um total de 154.929, número inferior ao do período de janeiro a setembro de 2001, quando somou 161.399. Essa queda é decorrente do fato de a ação fiscal ter priorizado as grandes empresas e de um melhor planejamento na ação fiscal.

Analisando o ranking das regiões do país, verifica-se que o Sudeste representou no período de janeiro a setembro de 2002, 61,25% do Resultado da Ação Fiscal, seguida de longe pela região Nordeste, 12,68%; Sul, 12,51%; Centro Oeste, 7,96%, e Norte, 5,60%.

Quanto aos Estados da Federação, São Paulo foi responsável por 39,52% do RAF, seguido pelo Rio de Janeiro, com 14,76%; Minas Gerais, com 5,93%; Rio Grande do Sul, com 5,21%; Paraná, com 4,82%; DF, com 4,04%; Ceará, com 3,10%; Bahia, com 2,76%; Goiás, com 2,49%, e Santa Catarina, com 2,48%. Esses dez estados totalizaram 85,11% do RAF no período de janeiro a setembro de 2002.



RESULTADO DA AÇÃO FISCAL (RAF) JANEIRO A SETEMBRO DE 2002

(EM R\$ MIL)

UF	EMPRESAS (QTDE)		RECOLHIMENTOS VALOR	LDC		NFLD		RAF VALOR	RAF (%)
	DILIGÊNCIAS	FISCALIZAÇÕES		QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR		
AC	6	56	131.466,83	7	2.854.870,48	29	212.343.678,40	215.330.015,71	1,55
AM	1.283	222	1.567.069,02	63	4.247.710,78	252	136.242.380,73	142.057.160,53	1,02
PA	511	688	9.420.288,45	149	48.007.801,31	453	186.815.095,75	244.243.185,51	1,76
AP	11	64	7.517,64	5	54.301,05	12	26.586.551,98	26.648.370,67	0,19
RO	124	57	366.410,85	18	839.015,56	74	95.994.209,40	97.199.635,81	0,70
RR	5	20	134.486,27	16	11.069.471,00	14	1.668.653,32	12.872.610,59	0,09
TO	52	210	331.978,74	134	16.107.231,50	110	21.686.709,59	38.125.919,83	0,27
NORTE	1.992	1.317	11.959.217,80	392	83.180.401,68	944	681.337.279,17	776.476.898,65	5,60
AL	501	410	369.105,01	31	3.821.817,16	223	93.521.110,95	97.712.033,12	0,70
BA	797	1.473	3.604.426,11	238	135.572.611,79	726	243.872.074,07	383.049.111,97	2,76
CE	396	1.442	12.062.642,94	458	140.281.725,42	620	278.107.400,78	430.451.769,14	3,10
MA	227	167	1.443.179,90	35	6.645.949,86	205	204.097.725,71	212.186.855,47	1,53
PB	97	1.426	1.191.205,85	108	72.523.344,20	335	70.085.300,67	143.799.850,72	1,04
PE	999	1.093	2.960.133,17	192	37.477.448,11	477	219.103.690,66	259.541.271,94	1,87
PI	71	567	403.668,47	43	10.983.395,02	232	40.776.706,90	52.163.770,39	0,38
RN	260	570	7.267.094,52	38	12.744.024,36	186	97.541.483,02	117.552.601,90	0,85
SE	814	155	774.081,19	93	14.372.451,70	162	47.947.644,44	63.094.177,33	0,45
NORDESTE	4.162	7.303	30.075.537,16	1.236	434.422.767,62	3.166	1.295.053.137,20	1.759.551.441,98	12,68
ES	981	1.316	17.576.357,67	190	61.888.342,12	444	64.241.307,55	143.706.007,34	1,04
MG	10.767	6.687	80.692.218,69	1.763	167.940.090,72	2.094	574.018.133,49	822.650.442,90	5,93
RJ	10.305	3.490	37.062.151,11	467	361.208.473,28	2.447	1.648.599.302,62	2.046.869.927,01	14,76
SP	39.319	25.940	273.291.681,30	5.181	868.074.983,82	6.894	4.341.247.571,76	5.482.614.236,88	39,52
SUDESTE	61.372	37.433	408.622.408,77	7.601	1.459.111.889,94	11.879	6.628.106.315,42	8.495.840.614,13	61,25
PR	5.360	5.375	87.063.762,67	1.269	139.488.199,85	836	442.463.458,09	669.015.420,61	4,82
RS	7.385	11.318	48.155.515,34	1.471	212.391.820,56	1.754	461.661.642,52	722.208.978,42	5,21
SC	2.158	5.181	29.668.057,25	654	61.685.722,74	908	252.790.168,12	344.143.948,11	2,48
SUL	14.903	21.874	164.887.335,26	3.394	413.565.743,15	3.498	1.156.915.268,73	1.735.368.347,14	12,51
MS	242	319	287.802,81	122	19.399.577,15	172	83.580.554,21	103.267.934,17	0,74
GO	713	1.249	13.758.741,90	333	86.189.534,66	681	245.288.670,28	345.236.946,84	2,49
MT	79	319	2.261.753,71	36	4.970.136,13	225	88.706.815,51	95.938.705,35	0,69
DF	446	1.206	9.770.146,37	101	26.009.199,92	218	523.983.697,10	559.763.043,39	4,04
C OESTE	1.480	3.093	26.078.444,79	592	136.568.447,86	1.296	941.559.737,10	1.104.206.629,75	7,96
BRASIL	83.909	71.020	641.622.943,78	13.215	2.526.849.250,25	20.783	10.702.971.737,62	13.871.443.931,65	100,00

Fonte: MPAS/INSS /DIRAR

Notas:

LDC = Lançamento de Débitos Confessados (Parcelamentos)

NFLD = Notificação Fiscal de Lançamento de Débito

RAF = Resultado da Ação Fiscal = Recolhimentos + LDC + NFLD

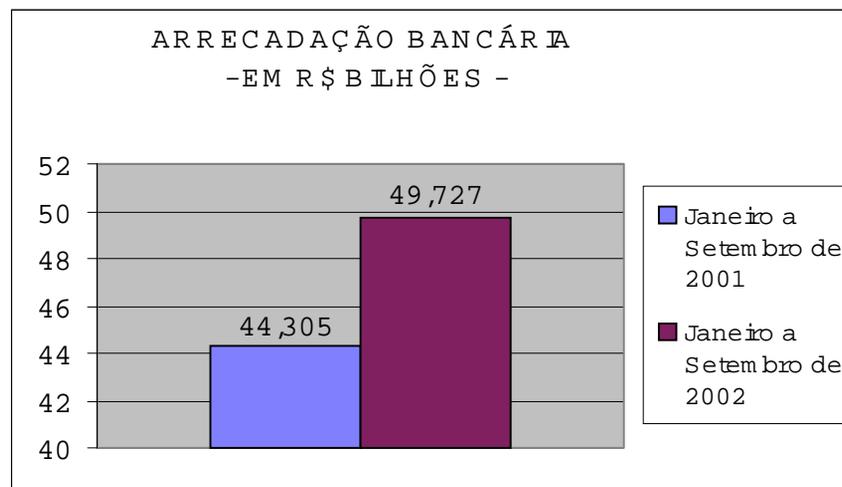
Arrecadação bancária cresce 5,65% acima da inflação

A Arrecadação Bancária, advinda de receitas sobre a folha de salários de empregados e empregadores, contribuintes individuais e da comercialização de produtos rurais, teve um incremento nominal de 12,24% e um incremento real (1) de 5,65% no período de janeiro a setembro de 2002 comparado com o mesmo período de 2001. Em valores monetários, passou de R\$ 44,305 bilhões para R\$ 49,727 bilhões.

Já as Receitas Próprias(2) no período de janeiro a setembro de 2002 apresentaram um incremento nominal de 11,76% e um incremento real de 5,20% em relação ao mesmo período de 2001. Em valores monetários, passaram de R\$ 47,166 bilhões para R\$ 52,713 bilhões.

Por outro lado, a Receita Bruta Total (3) teve um incremento nominal de 16,02% e real de 9,24%, sendo que em valores monetários passou de R\$ 60,933 bilhões para R\$ 70,692 bilhões.

Com relação às Transferências da União(4), dos recursos provenientes do Orçamento da Seguridade Social, foi alocado um montante de R\$ 15,893 bilhões até setembro de 2002, em comparação aos R\$ 14,605 bilhões até setembro de 2001. Ou seja, houve um incremento nominal de 8,82% e real de 2,12%. Analisando as duas maiores receitas repassadas pela União, a da COFINS teve um incremento nominal de 12,76% no período, passando de R\$ 7,929 bilhões no período de janeiro a setembro de 2001 para R\$ 8,942 bilhões no mesmo período de 2002, enquanto que a da COFINS/LOAS teve um



incremento nominal de 31,86%, passando de R\$ 1,961 bilhão no período de janeiro a setembro de 2001, para R\$ 2,586 bilhões no mesmo período de 2002.

Sob a ótica dos pagamentos realizados, a Despesa Total (5) teve um aumento nominal de 15,77% e um aumento real de 9%, passando de R\$ 60,406 bilhões para R\$ 69,929 bilhões. Destaca-se a conta de Benefícios, principal rubrica de despesas, que teve um incremento nominal de 16,73% e real de 9,92%, passando de R\$ 53,779 bilhões para R\$ 62,777 bilhões.

A diferença entre Receitas Próprias Líquidas (6) e pagamentos com benefícios, R\$ 10,041 bilhões e R\$ 13,849 bilhões (ambos negativos), respectivamente, no período de janeiro a setembro de 2001 e 2002, é fruto do pagamento de benefícios rurais e renda mensal vitalícia, os quais deveriam ser financiados pelas demais receitas da Seguridade Social, entre outras, COFINS e

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Analisando os resultados no Fluxo de Caixa, vê-se que a arrecadação da Previdência Social vem apresentando resultados bastantes satisfatórios, fruto de um trabalho de política de recuperação de créditos e uma ação fiscal mais qualitativa.

Notas:

(1) - Os valores reais foram atualizados, mês a mês, pelo INPC para junho de 2002.

(2) - Receitas Próprias compreendem: Arrecadações Bancária + Simples + Refis + FNS + CDP + FIES + Depósitos Judiciais + Restituições de Arrecadação.

(3) - Receita Bruta Total compreende as Receitas Próprias e Arrecadação Bancária

(4) - Transferências da União compreendem: recursos ordinários + cota da previdência + concurso de prognóstico + COFINS + COFINS/LOAS + Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - DRU/EPU.

(5) - Despesa Total compreende: pagamento de benefícios + transferências a terceiros + despesas de pessoal + despesas de custeio.

(6) - Receitas Próprias Líquidas compreendem: Rendimentos Próprios - Transferências à Terceiros.

Assessoria Econômica/ANFIP - outubro de 2002

Fluxo de caixa do INSS - 2002

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	M AI	JUN	JUL	AGO	SET	ACUMULADO NO ANO
1. SALDO INICIAL	1.487.512	1.691.868	1.883.452	1.517.604	1.669.802	1.911.105	1.901.608	1.568.097	3.261.703	1.487.512 ⁽⁴⁾
2. RECEBIMENTOS	7.735.307	7.416.481	7.004.114	7.590.897	7.921.612	7.828.894	7.961.442	9.949.855	7.284.193	70.692.794
2.1 Próprios	5.763.971	5.522.959	5.534.858	5.741.426	5.913.906	5.680.390	6.168.994	6.213.199	6.171.197	52.710.899
- Arrecadação Bancária	5.388.672	5.224.505	5.245.100	5.418.522	5.563.046	5.337.726	5.858.609	5.890.510	5.800.411	49.727.101
- Arrecadação SIMPLES ⁽¹⁾	268.843	185.362	181.050	202.760	214.984	218.597	216.696	240.074	253.610	1.981.976
- Arrecadação REFIS	36.492	35.134	29.091	30.199	30.515	30.932	30.002	31.536	52.491	306.390
- Arrecadação FNS	1.228	1.121	1.117	1.153	1.122	1.185	1.149	1.031	789	9.894
- Arrecadação CDP	0	0	12.362	24.604	0	16.095	1.531	0	0	54.592
- Arrecadação FIES	40.644	26.880	18.957	32.855	50.796	52.455	47.337	26.865	35.940	332.730
- Depósitos Judiciais	52.044	61.101	62.841	49.698	72.524	47.408	31.248	42.993	49.126	468.623
- Quitação de Débitos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- Restituições de Arrecadação	-23.953	-11.143	-15.299	-18.366	-19.081	-24.007	-17.577	-19.811	-21.171	-170.408
2.2 Rendimentos Financeiros	5.263	4.873	3.508	1.059	2.943	5.088	2.184	4.381	5.408	34.706
- Remuneração s/Arrec. Banc.	620	136	440	95	233	129	101	212	151	2.118
- Rendimentos Aplic. Financ.	4.642	4.737	3.067	964	2.709	4.959	2.083	4.169	5.257	32.588
2.3 Outros	22.076	8.693	10.374	14.882	10.825	11.574	19.845	47.980	16.249	162.497
2.4 Antecipação da Receita (TN)	1.359.905	-739.429	-476.802	11.833	316.298	534.152	1.098.953	101.102	-630.071	1.575.941
2.5 Transferências da União	584.092	2.619.386	1.932.177	1.821.697	1.677.640	1.597.690	671.466	3.583.193	1.721.411	16.208.752
- Recursos Ordinários	102.583	153.427	100.314	98.334	315.900	950.880	97.464	297.830	151.177	2.267.908
- Recursos Fundo Est.Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- COFINS	148.426	1.763.564	1.029.973	997.415	1.002.952	291.503	586.359	2.116.498	1.005.557	8.942.247
- COFINS/LOAS	308.495	246.389	260.000	265.000	294.000	296.000	310.500	300.000	306.000	2.586.384
- Devolvido PSS/PASEP/Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	1.049	1.049
- Contrib. Plano Seg. Social/Segv.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- Saldo de Exercícios Anteriores	0	0	-500	0	0	0	0	-278	0	-778
- Contrib. Sociais sobre o Lucro	1.588	1.830	17.390	19.949	17.288	13.341	853.037	27.144	10.627	962.193
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib.-EPU	23.000	54.175	100.000	41.000	47.500	45.966	49.106	42.000	47.000	449.747
- Contribuição Provs./Mov. Finan.	0	400.000	425.000	400.000	0	0	-1.225.000	800.000	200.000	1.000.000
3. PAGAMENTOS	7.530.951	7.224.897	7.369.962	7.438.699	7.680.308	7.838.391	8.294.954	8.256.248	8.295.176	69.929.586
3.1 Pagamentos do INSS	6.898.226	6.885.721	7.015.332	7.068.599	7.303.051	7.447.205	7.902.508	7.849.085	7.880.353	66.250.079
3.1.1 Benefícios	6.490.288	6.555.855	6.660.420	6.725.486	6.953.102	7.076.565	7.436.098	7.464.450	7.518.857	62.881.122
- Total de Benefícios	6.586.357	6.590.957	6.707.634	6.775.163	6.998.219	7.113.356	7.481.872	7.501.881	7.555.109	63.310.548
- Devolução de Benefícios	-96.069	-35.102	-47.214	-49.677	-45.117	-36.792	-45.774	-37.430	-36.252	-429.426
3.1.1.1 Previdenciários	6.157.928	6.254.655	6.316.664	6.413.805	6.608.624	6.733.879	7.091.500	7.117.169	7.167.141	59.861.364
3.1.1.2 Não Previdenciários	332.360	301.200	343.756	311.681	344.479	342.686	344.598	347.282	351.716	3.019.758
- Enc. Previd. da União - EPU	50.420	51.229	89.882	47.124	53.889	48.616	45.058	44.944	44.969	476.132
- Amparo Assist. - LOAS	281.940	249.970	253.874	264.557	290.590	294.070	299.539	302.338	306.747	2.543.626
3.1.2 Pessoal	313.075	230.525	235.847	251.007	238.267	285.851	368.023	269.567	240.558	2.432.720
3.1.3 Custeio	94.864	99.341	119.064	92.106	111.682	84.790	98.387	115.068	120.938	936.238
3.2 Transferências a Terceiros	632.724	339.176	354.630	370.100	377.257	391.186	392.446	407.164	414.823	3.679.507
4. Sd. Prev. (Arrec. LÍq. - Ben. Prev.)	-1.026.682	-1.070.872	-1.136.437	-1.042.479	-1.071.975	-1.444.674	-1.314.952	-1.311.134	-1.410.767	-10.829.972
5. Sd Arrec. LÍq. - Total de Benef.	-1.359.041	-1.372.072	-1.480.193	-1.354.161	-1.416.454	-1.787.360	-1.659.549	-1.658.415	-1.762.484	-13.849.730
6. Sd Op. (Rec. TotalPg. Total)	204.356	191.584	-365.848	152.198	241.303	-9.497	-333.512	1.693.607	-1.010.983	763.208
7. Saldo Final	1.691.868	1.883.452	1.517.604	1.669.802	1.911.105	1.901.608	1.568.097	3.261.703	2.250.720	2.250.720

Fonte: Divisão de Programação Financeira do INSS.

(1) Recursos transferidos pela União.

(2) Pagamentos a cargo da Previdência Social.

(4) Corresponde ao saldo verificado no mês de dezembro de 2001.

Nota: A conta Transferência à Terceiros engloba as contas de transferências de recursos ao SENAR, SENAI, SESI etc.

Arrecadação Líquida corresponde a recebimentos próprios menos Transferências a Terceiros e Restituições de Arrecadação.

Os débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Crédito, foram: Jun/2001 = IMBEL, Jul e Nov/2001 = Caixa Econômica Federal.

Os valores de "Arrecadação / REFIS" são estimados e sujeitos a alterações.

A imagem da política

Laura Frade

Advogada, psicóloga, professora e pesquisadora;
mestre em Ciência Política pela UnB

No corre-corre de todos os dias, poucas vezes nos damos conta de que estamos, de fato, vivendo a História! As últimas eleições se constituíram na maior mudança política que o Brasil viu ocorrer desde que os portugueses por aqui chegaram e retiraram dos índios o domínio da terra.

Chamo a atenção para a diferença que existe entre captar visualmente uma imagem e internalizá-la em nosso inconsciente ou de ser partícipe no processo de construção dessa imagem. Que nesse caso é a da própria política!

Quando Aristóteles, o grande mestre grego, definiu pela primeira vez a idéia da política, a imagem criada foi a de um instrumento útil à construção da felicidade humana. Ele percebia o homem como um ser que, para se realizar, precisava construir coisas - os primórdios do conceito psicológico de "projeção" - ou seja, ao fazer algo no público, o homem percebia a própria excelência que, sem a exteriorização possível, seria inacessível ao próprio homem. Assim, ele referia o ser humano como um animal político porque era no público que ele se realizava. Logo, o público deveria estar centrado nas condições necessárias à viabilização da excelência humana - percepção que dotava a política da imagem de uma ferramenta útil à construção desta possibilidade.

Parece surpreendente, portanto, que neste início de milênio estejamos a ver na política uma imagem tão distinta. Para a média dos brasileiros, qualquer processo de associação livre de idéias em relação a esta área levará à coleta de adjetivos pouco engrandecedores. Participar do processo político envolve um custo muito alto e os valores a ele associados determinam que muitos cidadãos honestos e bem intencionados sequer considerem a proposta. O que na época de Aristóteles era considerado uma honra hoje pode ser uma ofensa.

É por isso que refiro as eleições de agora e a vitória de Lula como um marco de transformação na política. Não por preferência partidária ou posição ideológica, mas pela percepção de um objeto



de estudo: a própria política. Nós, humanos, introjetamos o mundo através de diferentes sentidos e, dentre eles, a visão ocupa espaço importante, pois, em nossa "tela mental", registramos a vida através de "fotos", representações quer do passado como também, se desejarmos "imaginar", do futuro.

Até agora, para as crianças nascidas em favelas, lugares muito pobres, a única imagem de "futuro", quando encontravam espaço para construí-la, estava ligada a "ser avião do traficante" ou chegar a algo não muito mais além do que os vizinhos.

Essa representação era, por si só, uma crença limitadora auto imposta. Já não bastassem todas as outras variáveis como a desnutrição, baixa ou nenhuma escolaridade e violência, elencadas de forma macabra no caminho desses pequenos seres. Esta é inclusive a razão de terem sido defendidos nas instâncias internacionais de Justiça por não contarem, sequer, com o direito à expectativa de um futuro! Ver o Lula, um homem, humano, que chora, se emociona, que trilhou um caminho duro contra as resistências que ele conhece tão bem, pode representar a

ressignificação das crenças construídas internamente e até uma possível reconstrução da imagem da política não só para estas crianças, mas para todos nós.

Digo pode, porque o momento é de crise. Em grego, esta palavra contém a semente da oportunidade. E este será o grande diferencial em nosso processo social, caso venhamos a decidir dar um passo

em direção à maturidade. Isso implica tornar o público efetiva propriedade de todos e não algo "de ninguém". O primeiro passo é sermos capazes de ver essa imagem dentro de nós. Reconstruir nossas crenças a respeito da política tornou-se uma realidade. É neste sentido que a eleição de Lula abre portas para o novo. Não só do lado de fora, no social. Mas, sobretudo, internamente. Neste espaço onde os senhores somos nós próprios e as decisões envolvem transformações na nossa subjetividade. Este é o espaço onde público e privado se tocam e ganham a possibilidade de resultar em real construção de excelência. Utopia é aquilo que nós ainda não conseguimos realizar e envolve trabalho e esforço deliberado!

Quando Aristóteles definiu pela primeira vez a idéia da política, a imagem criada foi a de um instrumento útil à construção da felicidade